

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM PORTUGAL CONTINENTAL
| ENTIDADES EMPREGADORAS

Relatório Final

Nº2/2017

Catálogo Recomendado:

Inquérito às Condições de trabalho em Portugal Continental: Entidades Empregadoras: Relatório Final/ coord. Heloísa Perista, Ana Cardoso, Janina Nunes, Paula Carrilho, colab. Eudelina Quintal - Lisboa: CESIS, 2016. – 86 p.; 25cm

Condições de trabalho/Segurança e saúde no trabalho/Prevenção de riscos profissionais/Acidentes de trabalho/Doenças profissionais/Papel dos empregadores/Inquéritos/Dados estatísticos/Portugal

Autores:

Heloísa Perista (coord.), Ana Cardoso, Paula Carrilho, Janine Nunes (com a colaboração de Eudelina Quintal)

Editor:

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho
Lisboa, setembro de 2016

As informações contidas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição ou a opinião da ACT.

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM PORTUGAL CONTINENTAL

| ENTIDADES EMPREGADORAS

Relatório Final

Heloísa Perista (coord.), Ana Cardoso, Janine Nunes, Paula Carrilho
(Com a colaboração de Eudelina Quintal)

Setembro 2016

Nota Introdutória

O *Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental* é um estudo de âmbito nacional, realizado pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, na sequência de protocolo estabelecido com a ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho.

O objetivo geral do Estudo é conhecer melhor as condições de trabalho em todo o território de Portugal continental.

Neste sentido, foram concebidos e aplicados dois questionários dirigidos, respetivamente, a Trabalhadores/as e a Entidades Empregadoras.

Apresenta-se, seguidamente, os resultados da análise do questionário aplicado junto de Entidades Empregadoras.

Índice

Nota Introdutória	2
Caracterização das entidades empregadoras inquiridas	7
Caracterização do pessoal ao serviço	10
Existência de riscos profissionais/fatores de risco	12
Prevenção e controlo de riscos profissionais	18
Atividades para a prevenção e controlo de riscos profissionais	25
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	34
Acidentes de trabalho	34
Doenças profissionais	40
Saúde no trabalho	41
Outras práticas de promoção da melhoria das condições de trabalho – Articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal	42
Avaliação da legislação atual em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho	46
Nota metodológica	49
Referências bibliográficas	51

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização geográfica das entidades empregadoras inquiridas	7
Figura 2- Dimensão das entidades empregadoras inquiridas.....	8
Figura 3 - Fatores de risco causadores de doenças ou problemas de saúde identificados pelas entidades empregadoras (%)	12
Figura 4 - Problemas músculo-esqueléticos, segundo a dimensão das entidades empregadoras(%)	14
Figura 5 - Entidades empregadoras segundo a existência de avaliação dos fatores relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético (%).....	14
Figura 6 - Entidades empregadoras segundo a existência de medidas tomadas na sequência da avaliação dos fatores de risco - sistema músculo-esquelético (%)	15
Figura 7 - Problemas psicológicos/emocionais, segundo a dimensão das entidades empregadoras (%)	15
Figura 8 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente ao funcionamento do serviço externo na área da segurança no trabalho (%).....	19
Figura 9 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente ao funcionamento do serviço externo na área da saúde no trabalho (%).....	19
Figura 10 - Entidades empregadoras segundo a existência de formação permanente em SST facultada a representante(s) dos/as trabalhadores/as para a SST (%)	21
Figura 11 - Entidades empregadoras onde existiram reuniões entre os órgãos de gestão das entidades empregadoras e os/as representantes dos/as trabalhadores/as para a SST nos últimos 12 meses, segundo o número de reuniões	22
Figura 12 - Áreas em relação às quais as entidades empregadoras têm consultado por escrito, os/as seus/suas trabalhadores/as ou os/as seus/suas representantes (%)	24
Figura 13 - Entidades empregadoras que tomaram medidas na sequência das avaliações de fatores de risco realizadas (%).....	26
Figura 14 - Áreas de avaliação de risco que deram lugar à adoção de medidas, por atividade económica (%) ..	27
Figura 15 - Entidades empregadoras segundo a existência de equipamentos de proteção coletiva (%)	28
Figura 16 - Entidades empregadoras que promoveram formação no domínio da SST (%).....	29
Figura 17 - Informações facultadas aos/às trabalhadores/as e a representantes para a segurança e saúde no trabalho (%).....	31
Figura 18 - Acidentes de trabalho registados nas entidades empregadoras, segundo o sexo das pessoas acidentadas.....	35
Figura 19 - Principais causas dos acidentes de trabalho identificadas pelas entidades empregadoras (%).....	36
Figura 20 - Ocorrência de acidentes de trabalho, por atividade económica (%).....	37
Figura 21 - Número de acidentes de trabalho, por localização geográfica	37
Figura 22 - Entidades/pessoas que investigaram os acidentes de trabalho ocorridos nas entidades empregadoras (%)	38
Figura 23 - Entidades empregadoras com acidentes de trabalho, segundo o desenvolvimento de formação sobre primeiros socorros e as atividades de emergência, evacuação de trabalhadores/as e combate de incêndios (%)	38

Figura 24 - Entidades empregadoras com acidentes de trabalho segundo a existência de um programa de promoção e vigilância da saúde (%)	39
Figura 25 - Entidades empregadoras com acidentes de trabalho, segundo a existência de equipamentos de proteção coletiva (%).....	39
Figura 26 - Entidades empregadoras com práticas de promoção de condições de trabalho, orientadas para facilitar a articulação da vida profissional, familiar e pessoal (%)	43
Figura 27 - Entidades empregadoras segundo a existência de trabalhadores/as a usufruir de horários especiais para facilitar a articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal (%)	44
Figura 28 - Entidades empregadoras com trabalhadores/as a usufruir de horários especiais para facilitar a articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal, segundo a dimensão da entidade (%)	44
Figura 29 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente à legislação atual em matéria de promoção da SST	46
Figura 30 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente à legislação atual em matéria de promoção da SST por dimensão da entidade	47
Figura 31 - Principais razões que motivam a entidade empregadora a desenvolver medidas de promoção da melhoria das condições de SST (%)	47

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Atividade económica das entidades empregadoras inquiridas	8
Tabela 2 - Natureza Jurídica das entidades empregadoras inquiridas	9
Tabela 3- Nível de qualificação dos/as trabalhadores/as das entidades empregadoras inquiridas.....	10
Tabela 4- Tipo de contrato dos/as trabalhadores/as das entidades empregadoras inquiridas por sexo	11
Tabela 5 - Fatores de risco mais referidos pelas entidades empregadoras por atividade económica	13
Tabela 6 - Atividade/trabalho de risco elevado realizadas nas entidades empregadoras	16
Tabela 7 - Modalidade de organização do serviço de segurança no trabalho nas entidades empregadoras	18
Tabela 8 - Modalidade de organização do serviço de saúde no trabalho nas entidades empregadoras	18
Tabela 9 - Recursos humanos das entidades empregadoras afetos aos serviços de saúde e/ou segurança no trabalho	20
Tabela 10 - Entidades empregadoras que fizeram formação, segundo o pessoal	30
Tabela 11 - Entidades empregadoras que realizaram atividades relacionadas com a prevenção de riscos e acidentes de trabalho	32
Tabela 12 - Atividades realizadas pelas entidades empregadoras para a promoção da saúde no trabalho	41

1. Caracterização das entidades empregadoras inquiridas

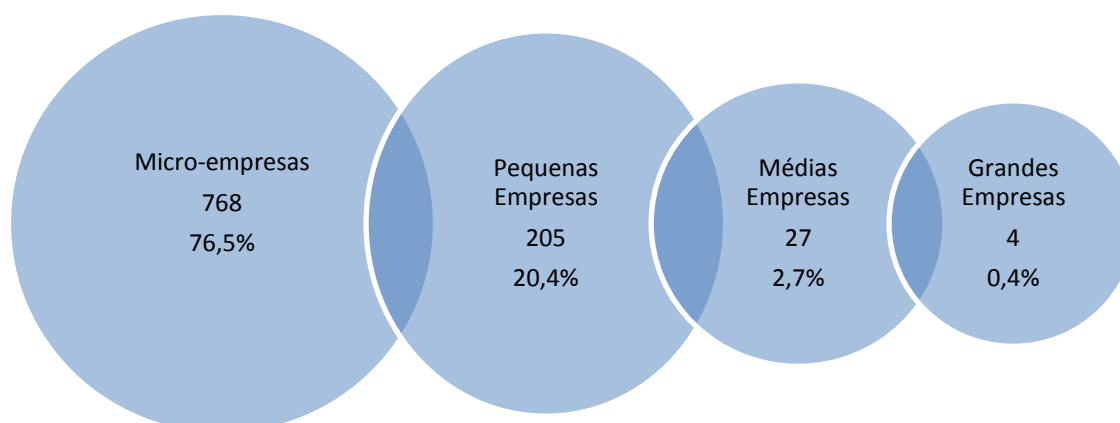
Os dados constantes no presente relatório dizem respeito a um total de 1004 entidades empregadoras, distribuídas da seguinte forma, em termos de localização geográfica:

Figura 1 - Localização geográfica das entidades empregadoras inquiridas



Em termos de dimensão, 76,5% das entidades empregadoras inquiridas são micro-empresas (menos de 10 trabalhadores/as), 20,4% são pequenas empresas (10-49 trabalhadores/as), 2,7% são médias empresas (50-249 trabalhadores/as) e 0,4% são grandes empresas (250 e mais trabalhadores/as). Esta distribuição espelha o tecido empresarial português uma vez que, de acordo com dados do INE, as micro, pequenas e médias empresas (PME) representam 99,9% do mesmo.

Figura 2- Dimensão das entidades empregadoras inquiridas



Considerando a atividade económica, a distribuição é a seguinte:

Tabela 1 - Atividade económica das entidades empregadoras inquiridas

	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	40	4
Indústrias extrativas	1	0,1
Indústria transformadora	107	10,7
Eletricidade, gás, captação, tratamento e distribuição de água;	3	0,3
Construção	105	10,5
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	219	21,8
Transportes e armazenagem	24	2,4
Alojamento, restauração e similares	75	7,5
Atividades de informação e de comunicação	14	1,4
Atividades dos serviços financeiros e dos seguros	19	1,9
Atividades imobiliárias	22	2,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	91	9,1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	106	10,6
Educação	46	4,6
Atividades de saúde humana e apoio social	64	6,4
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	21	2,1
Outras atividades de serviços	43	4,3
Administração Pública	4	0,4
Total	1004	100

O conjunto destas entidades empregadoras emprega 8401 mulheres e 10404 homens, perfazendo um total de 18805 trabalhadoras e trabalhadores.

Tabela 2 - Natureza Jurídica das entidades empregadoras inquiridas	N	%
Empresa em Nome Individual	464	46,6%
Sociedade Anónima (SA)	104	10,5%
Sociedade por Quotas	398	40%
Sociedade Cooperativa	6	0,6%
Outras Sociedades Comerciais	9	0,9%
Sociedades Cíveis	3	0,3%
Associações e Fundações	8	0,8%
Outras Naturezas Jurídicas	3	0,3%
Total	995	100,0%

Relativamente à natureza jurídica, a maior parte das entidades empregadoras são empresas em nome individual (46,6%) ou sociedades por quotas (40%).

2. Caracterização do pessoal ao serviço

Tabela 3- Nível de qualificação dos/as trabalhadores/as das entidades empregadoras inquiridas

	Mulheres	%	Homens	%
Quadros superiores	2097	25%	1570	15,1%
Quadros médios	1264	15%	754	7,2%
Encarregados/as, contramestres, chefes de equipa	154	1,8%	500	4,8%
Profissionais altamente qualificados/as	559	6,7%	558	5,4%
Profissionais qualificados/as	1660	19,8%	2918	28%
Profissionais semiquualificados/as	1067	12,7%	2149	20,7%
Profissionais não qualificados/as	851	10,1%	780	7,5%
Estagiários/as, praticantes e aprendizes	34	0,4%	53	0,5%

Um quarto das mulheres trabalhadoras afetas às entidades empregadoras inquiridas são quadros superiores, seguindo-se as profissionais qualificadas (19,8%) e as classificadas como quadros médios (15%). Por outro lado, observa-se que mais de um quarto dos trabalhadores do sexo masculino pertence à categoria de profissionais qualificados, seguindo-se profissionais semiquualificados (20,7%) e quadros superiores (15,1%).

Tabela 4- Tipo de contrato dos/as trabalhadores/as das entidades empregadoras inquiridas por sexo

	Mulheres	%	Homens	%
Contrato de trabalho sem termo	7307	87%	8764	84,2%
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho sem termo	15	0,2%	10	0,1%
Contrato de trabalho em comissão de serviço sem termo	27	0,3%	23	0,2%
Contrato de trabalho intermitente sem termo	119	1,4%	72	0,7%
Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	2	0,0%	7	0,1%
Contrato de trabalho com termo certo	518	6,2%	591	5,7%
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo	4	0,0%	21	0,2%
Contrato de trabalho em comissão de serviço com termo certo	15	0,2%	3	0,0%
Contrato de trabalho temporário com termo certo	37	0,4%	96	0,9%
Contrato de trabalho com termo incerto	117	1,4%	278	2,7%
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho com termo incerto	1	0,0%	1	0,0%
Contrato de trabalho em comissão de serviço com termo incerto	2	0,0%	5	0,0%
Contrato de trabalho temporário com termo incerto	28	0,3%	36	0,3%
Outro tipo de contrato	209	2,5%	497	4,8%
Total	8401	100%	10404	100%

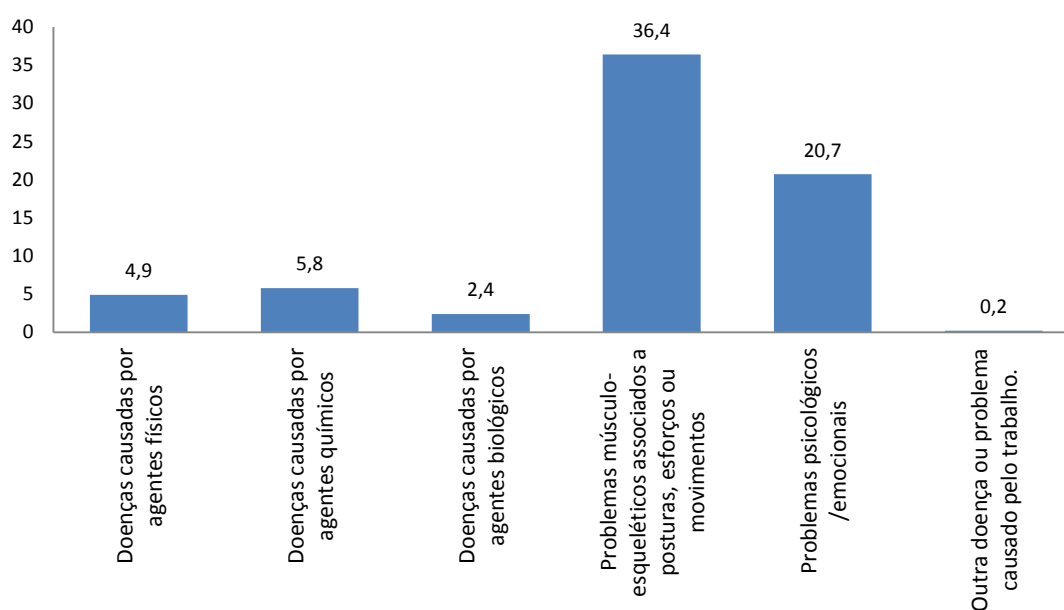
O principal tipo de contrato existente nas entidades empregadoras inquiridas é o contrato de trabalho sem termo (87% mulheres, 84,2% homens). Os contratos de trabalho com termo certo abrangem 6,2% do total das mulheres trabalhadoras e 5,7% dos homens trabalhadores das entidades inquiridas.

Este tipo de contrato a termo certo foi especialmente assinalado pelos setores da indústria transformadora e da construção. Verifica-se, ainda, mais frequentemente nas entidades empregadoras de pequena e média dimensão.

3. Existência de riscos profissionais/fatores de risco

Quando inquiridas sobre a existência de fatores de risco causadores de doenças ou problemas de saúde, 42,1% das entidades empregadoras identificaram pelo menos um fator de risco. Os problemas músculo-esqueléticos associados a posturas, esforços ou movimentos (sobretudo); e os problemas psicológicos/emocionais são os mais referidos pelas entidades empregadoras como decorrentes da existência de fatores de risco.

Figura 3 - Fatores de risco causadores de doenças ou problemas de saúde identificados pelas entidades empregadoras (%)



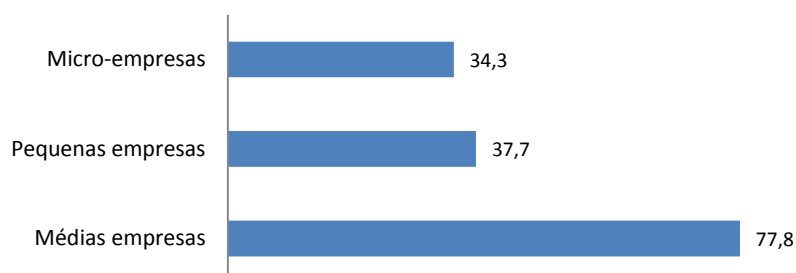
É nos setores da construção civil e da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca que tais fatores são referidos com maior frequência (61,9% e 60%, respetivamente). Em contrapartida, é nas atividades de informação e de comunicação e nas atividades imobiliárias que estes fatores são menos mencionados.

Tabela 5 - Fatores de risco mais referidos pelas entidades empregadoras por atividade económica

Atividade económica	Fator mais referido	Segundo fator mais referido
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Problemas músculo-esqueléticos (60%)	Problemas psicológicos /emocionais (35%)
Industria transformadora	Problemas músculo-esqueléticos (48,1%)	Problemas psicológicos /emocionais (24,3%)
Construção	Problemas músculo-esqueléticos (61,9%)	Problemas psicológicos /emocionais (18,4%)
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Problemas músculo-esqueléticos (28,8%)	Problemas psicológicos /emocionais (14,2%)
Transportes e armazenagem	Problemas músculo-esqueléticos (54,2%)	Problemas psicológicos /emocionais (45,8%)
Alojamento, restauração e similares	Problemas músculo-esqueléticos (33,8%)	Problemas psicológicos /emocionais (14,7%)
Atividades de informação e de comunicação	Problemas psicológicos /emocionais (21,4%)	Problemas músculo-esqueléticos (7,1%)
Atividades dos serviços financeiros e dos seguros	Problemas músculo-esqueléticos (21,1%)	Problemas psicológicos /emocionais (10,5%)
Atividades imobiliárias	Problemas psicológicos /emocionais (31,8%)	Problemas músculo-esqueléticos (9,1%)
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Problemas músculo-esqueléticos (28,6%)	Problemas psicológicos /emocionais (22,2%)
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Problemas músculo-esqueléticos (28,3%)	Problemas psicológicos /emocionais (20%)
Educação	Problemas músculo-esqueléticos (28,9%)	Problemas psicológicos /emocionais (28,3%)
Atividades de saúde humana e apoio social	Problemas músculo-esqueléticos (29,7%)	Problemas psicológicos /emocionais (28,1%)
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Problemas músculo-esqueléticos (38,1%)	Problemas psicológicos /emocionais (5%)
Outras atividades de serviços	Problemas músculo-esqueléticos (32,6%)	Problemas psicológicos /emocionais (18,6%)
Administração Pública	Problemas músculo-esqueléticos (75%)	Doenças causadas por agentes físicos (25%); Doenças causadas por agentes químicos (25%); Doenças causadas por agentes biológicos; Problemas psicológicos /emocionais (25%)

De acordo com informação da Organização Mundial da Saúde (2009) as perturbações músculo-esqueléticas eram responsáveis por mais de 10% de todos os anos perdidos por invalidez.

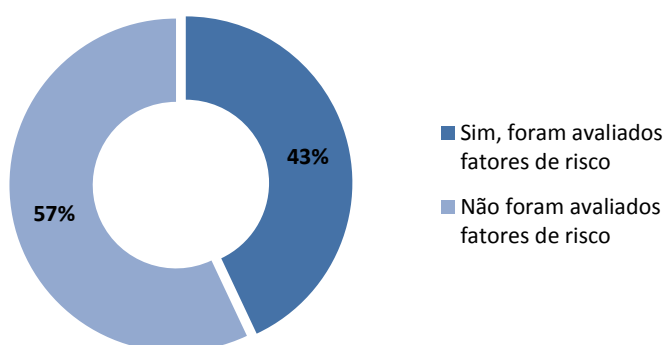
Figura 4 - Problemas músculo-esqueléticos, segundo a dimensão das entidades empregadoras (%)



São as entidades empregadoras de média dimensão que mais apontam os problemas músculo-esqueléticos (77,8%). Os problemas músculo-esqueléticos e os problemas psicológicos/emocionais são também os fatores de risco mais mencionados em três das quatro grandes empresas inquiridas.

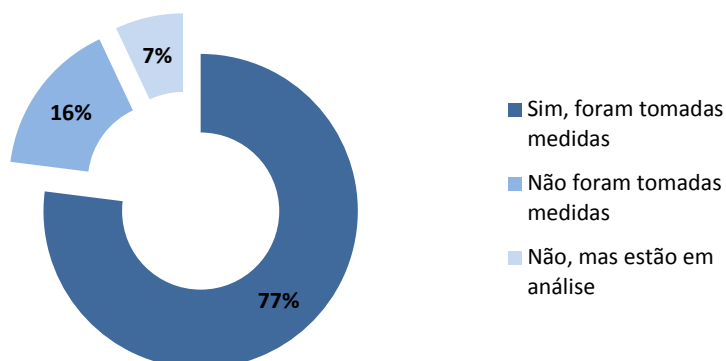
Tendo em conta a relevância dos problemas músculo-esqueléticos, analisa-se este fator com um maior detalhe.

Figura 5 - Entidades empregadoras segundo a existência de avaliação dos fatores relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético (%)



Foram cerca de 40% (143) as entidades empregadoras que, tendo referido a existência de problemas músculo-esqueléticos, mencionam também, a realização de avaliação dos fatores relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético, nos últimos dois anos.

Figura 6 - Entidades empregadoras segundo a existência de medidas tomadas na sequência da avaliação dos fatores de risco - sistema músculo-esquelético (%)



Na sequência da avaliação dos riscos relacionados com problemas músculo-esqueléticos, cerca de 80% das entidades referem ter tomado medidas, 7% mencionam que estas medidas estão em análise, e apenas 16% das entidades referem não ter tomado qualquer medida no que aos problemas músculo-esqueléticos diz respeito.

Figura 7 - Problemas psicológicos/emocionais, segundo a dimensão das entidades empregadoras (%)



Já no que aos problemas psicológicos/emocionais se refere, não se registam diferenças muito significativas entre entidades empregadoras de dimensões diferentes. Das quatro entidades empregadoras de grande dimensão inquiridas, metade responde afirmativamente quanto à existência de problemas psicológicos/emocionais.

O artigo 79º da Lei 3/2014¹, define as atividades profissionais constantes na tabela seguinte como sendo de risco elevado.

Tabela 6 - Atividade/trabalho de risco elevado realizadas nas entidades empregadoras

	%
Trabalho em obras de construção	11,4%
Trabalhos de escavação e movimentação de terras	6,8%
Trabalho em altura	10,7%
Trabalhos subterrâneos	2,6%
Intervenção em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego	1,3%
Atividades de indústrias extrativas	0,2%
Trabalho hiperbárico	0,4%
Utilização ou armazenagem de produtos químicos perigosos suscetíveis de provocar acidentes graves	2,4%
Trabalho em espaços confinados ou de reduzidas dimensões	6,4%
Fabrico, transporte e utilização de explosivos e pirotecnia	0%
Atividades de indústria siderúrgica e construção naval	0,3%
Trabalho com recipientes sob pressão	2,4%
Trabalhos que envolvam contato com correntes elétricas de média e alta tensões	4,7%
Produção, transporte ou utilização de gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos	1,5%
Atividades que impliquem a exposição a radiações ionizantes	1,6%
Atividades que impliquem a exposição a agentes cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução	1,5%
Atividades que impliquem a exposição a agentes biológicos do grupo 3 ou 4	4,2%
Trabalhos que envolvam exposição a sílica	6,2%

De acordo com os resultados do *Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental*, mais de um quinto das entidades empregadoras inquiridas indica que nelas se realizam atividades ou trabalhos de risco elevado. Das atividades, ou trabalhos de risco identificados, destacam-se o trabalho em obras de construção (11,4%) e trabalhos em altura (10,7%). Menos frequentes, mas ainda assim a destacar, são trabalhos de escavação e movimentação de terras (6,8%), trabalho em

¹ Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro que procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/01/01900/0055400591.pdf>.

espaços confinados ou de reduzidas dimensões (6.4%) e trabalhos que envolvam exposição a sílica (6,2%).

Por atividade económica, como naturalmente seria de esperar, tais trabalhos são mais frequentes nas entidades empregadoras do setor da construção: 93% das entidades empregadoras ligadas ao setor da construção inquiridas referem realizar trabalhos em obras de construção e 82,9% das mesmas trabalhos em altura.

4. Prevenção e controlo de riscos profissionais

Em termos gerais, ao nível da modalidade de organização dos serviços, o recurso a serviço externo é a modalidade mais frequentemente mencionada, quer para o serviço de segurança no trabalho, quer para serviço de saúde no trabalho: 67,9% e 68,3% respetivamente.

Refira-se, ainda, que o serviço de segurança no trabalho não se encontra organizado em quase 20% das entidades empregadoras. O valor equivalente relativo ao serviço de saúde no trabalho é de 16%.

Tabela 7 - Modalidade de organização do serviço de segurança no trabalho nas entidades empregadoras

	N	%
Serviço interno	86	8,7%
Serviço comum (instituído por acordo entre várias empresas o	20	2,0%
Serviço externo	670	67,9%
Atividades exercidas pelo/a empregador/a	12	1,2%
Atividades exercidas por representante do/a empregador/a	1	0,1%
Atividades exercidas pelo/a trabalhador/a designado/a	2	0,2%
Não se encontra organizado o serviço de segurança no trabalho	196	19,9%
Total	987	100,0%

Tabela 8 - Modalidade de organização do serviço de saúde no trabalho nas entidades empregadoras

	N	%
Serviço interno	66	6,7%
Serviço comum/partilhado	16	1,6%
Serviço externo	678	68,3%
Serviço Nacional/Regional de Saúde	73	7,4%
Não se encontra organizado o serviço de saúde no trabalho	159	16,0%
Total	992	100,0%

Quando questionadas relativamente ao funcionamento dos serviços externos na área da segurança no trabalho, a larga maioria das entidades empregadoras refere que esse serviço funciona bem (85,2%).

A tendência repete-se na área da saúde no trabalho, com 84,3% das entidades a afirmarem que os serviços externos funcionam bem.

Figura 8 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente ao funcionamento do serviço externo na área da segurança no trabalho (%)

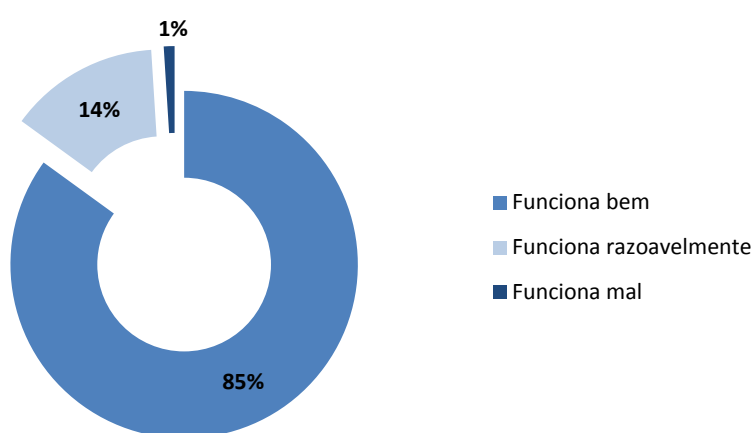
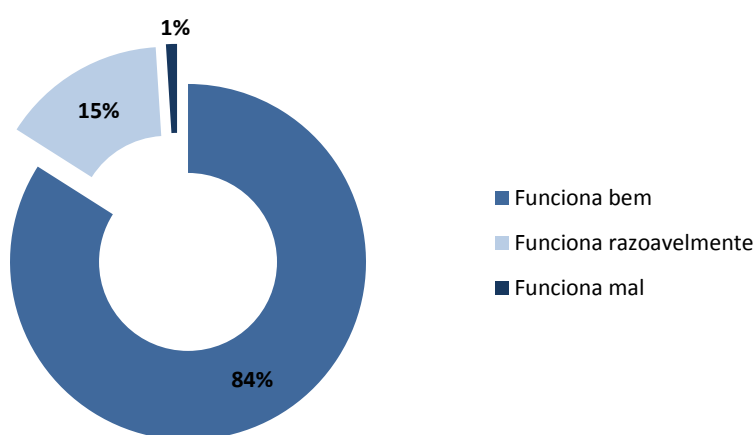


Figura 9 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente ao funcionamento do serviço externo na área da saúde no trabalho (%)



As entidades empregadoras inquiridas têm no total 264 trabalhadores/as designados/as com funções específicas no âmbito da segurança e saúde no trabalho (SST): 143 homens e 121 mulheres.

Relativamente à formação de trabalhadores/as que asseguram os primeiros socorros e as atividades de emergência, evacuação de trabalhadores/as e combate a incêndios, cerca de 70% das entidades

empregadoras referem não ter garantido essa formação. No total, apenas 2849 (27%) dos trabalhadores e 1584 (18,9%) das trabalhadoras puderam usufruir dessa formação.

As entidades que promoveram este tipo de formação concentram-se na indústria transformadora e na construção.

Tabela 9 - Recursos humanos das entidades empregadoras afetos aos serviços de saúde e/ou segurança no trabalho

	%
Médico/a(s) do trabalho	1,0
Enfermeiro/a(s)	0,3
Técnico/a(s) superior(es) de segurança e higiene do trabalho	2,0
Técnico/a(s) de segurança e higiene do trabalho	1,3
Representante do/a empregador/a	8,4
Outro pessoal	0,2
Nenhum	86,7

A larga maioria das entidades empregadoras (86,7%) afirma não ter nenhum recurso humano afeto aos serviços de saúde e/ou segurança no trabalho.

No que respeita à representação formal de segurança e saúde no trabalho, inquiriu-se as entidades empregadoras relativamente à presença de um representante dos/as trabalhadores/as em matéria de SST e de uma comissão de segurança, higiene e saúde. A presença de um/a representante de saúde e segurança tem sido associada a um melhor desempenho da SST (ESENER, 2009, p. 27)². À semelhança do que foi reportado pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) no Inquérito Europeu às Empresas sobre Riscos Novos e Emergentes (ESENER)³, Portugal continua com uma fraca representação ao nível de trabalhadores/as em matéria de segurança e saúde no trabalho.

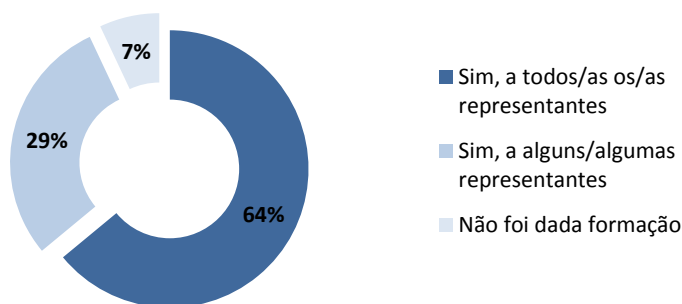
² Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, (2012). Inquérito Europeu das Empresas sobre riscos novos e emergentes (ESENER): Uma síntese do relatório. Disponível em: https://osha.europa.eu/pt/tools-and-publications/publications/reports/en_esener1-summary.pdf.

³ Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, (2009). European Survey of Enterprises on New and Emerging Risks - Managing safety and health at work (ESENER). Disponível em: https://osha.europa.eu/sites/default/files/publications/documents/en/publications/reports/esener1_osh_management/en_ESENER_report.pdf.

Os dados do presente *Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental* revelam que apenas 8,8% das entidades empregadoras declaram a existência de representante(s) de trabalhadores/as na área da segurança e saúde no trabalho (93 homens e 50 mulheres). Ou seja, este tipo de representante(s) não existe em mais de 90% das entidades empregadoras inquiridas. Note-se que, de acordo com a Lei 102/2009 de 10 de Setembro, que regula o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, esta figura refere-se à de trabalhador/a eleito/a para exercer funções de representação dos/as trabalhadores/as neste domínio. As percentagens mais elevadas de entidades que afirmam ter representantes de trabalhadores/as na SST ocorrem no sector da indústria transformadora (17,2%). Por dimensão, são as entidades de média dimensão que referem com mais frequência não ter representante(s) de trabalhadores/as para SST.

Das entidades empregadoras que dispõem de representante(s) em matéria de SST, 64% referem assegurar a todos/as formação permanente em SST e 29,1% referem assegurar formação apenas a alguns/algumas representantes. 7% afirmam não assegurar este tipo de formação.

Figura 10 - Entidades empregadoras segundo a existência de formação permanente em SST facultada a representante(s) dos/as trabalhadores/as para a SST (%)



A importância dos/as representantes de trabalhadores/as para a SST terem à disposição instalações adequadas, bem como os meios materiais e técnicos necessários ao desempenho das suas funções,

está reconhecida na Lei (Artigo 24º da Lei 102/2009⁴). Ainda assim, muito embora numa percentagem reduzida, 8,1% das entidades empregadoras com representantes dos/as trabalhadores/as afirmam que estes não dispõem dos meios materiais e técnicos necessários ao desempenho das suas funções.

Das entidades empregadoras com representantes dos/as trabalhadores/as para a SST, 39,1% têm também uma comissão de segurança e saúde no trabalho. Sendo que, das entidades empregadoras que afirmam ter comissão de SST, 23,5% pertencem ao setor do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos.

Figura 11 - Entidades empregadoras onde existiram reuniões entre os órgãos de gestão das entidades empregadoras e os/as representantes dos/as trabalhadores/as para a SST nos últimos 12 meses, segundo o número de reuniões



Quando questionadas sobre quantas reuniões foram realizadas, nos últimos 12 meses, entre os órgãos de gestão e os/as representantes de trabalhadores/as para a SST, mais de 84% das entidades empregadoras com representantes dos/as trabalhadores/as para a segurança e saúde no trabalho afirmam ter realizado entre uma a seis reuniões durante o último ano. De realçar que quatro entidades empregadoras referem ter realizado doze reuniões nos últimos 12 meses. São elas: duas entidades empregadoras pertencentes ao comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; uma entidade empregadora à indústria transformadora; e outra ao

⁴ Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção. Disponível em: http://www.dgaep.gov.pt/upload/Legis/2009_1_102_10_09.pdf

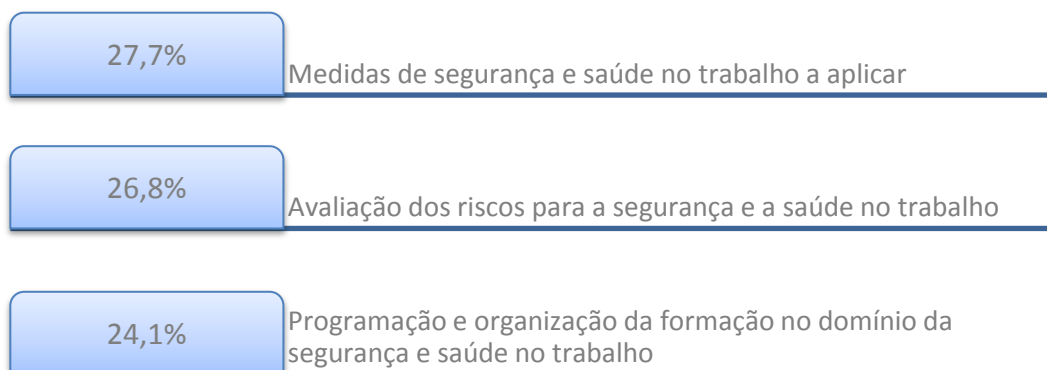
alojamento, restauração e similares. Relativamente à dimensão destas entidades empregadoras, duas são pequenas empresas, uma é média e uma é de grande dimensão.

Dando cumprimento à lei, em nenhuma das entidades empregadoras se verifica a ausência de reuniões entre os órgãos de gestão das entidade empregadora e os/as representantes dos/as trabalhadores/as para a SST nos últimos 12 meses.

Em matéria de consulta aos/as trabalhadores/as sobre as questões da segurança e saúde no trabalho, as entidades empregadoras devem fomentar uma cultura em que a segurança e saúde seja uma encargo de todos/as e de cada um/a. Neste sentido, de acordo com o Artigo 18º da Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, o empregador deve consultar por escrito e, pelo menos, uma vez por ano, antecipadamente ou em tempo útil, os/as representantes dos/as trabalhadores/as para a segurança e saúde ou, na sua falta, os/as próprios/as trabalhadores/as.

Assim, quando analisadas as áreas em relação às quais as entidades empregadoras inquiridas têm consultado, por escrito, os/as seus/suas trabalhadores/as ou os/as seus/suas representantes, destacam-se três. Estas são as seguintes:

Figura 12 - Áreas em relação às quais as entidades empregadoras têm consultado por escrito, os/as seus/suas trabalhadores/as ou os/as seus/suas representantes (%)



A consulta aos/as trabalhadores/as permitirá não só alertá-los/las para as temáticas da SST, tornando-os/as um elemento ativo e cooperante do processo, mas também que estas matérias ganhem relevância acrescida com o envolvimento de todos/as.

5. Atividades para a prevenção e controlo de riscos profissionais

Aproximadamente 44% das entidades empregadoras referem dispor de um programa de promoção e vigilância da saúde. Destas, uma ampla maioria (88,5%) faz exames periódicos (anuais ou bianuais) e mais de metade faz exames de admissão (52,3%). As que dizem não ter um programa de promoção e vigilância da saúde encontram-se sobretudo no setor do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; nas atividades administrativas e dos serviços de apoio; e nas outras atividades de serviços. Por outro lado, é na indústria transformadora e na administração pública que se concentram mais entidades que têm um programa de promoção e vigilância da saúde.

A Diretiva-Quadro da UE 89/391/CEE do Conselho, de 12 de Junho de 1989, entretanto transposta pela Lei nº102/2009 de 10 de setembro, destaca o papel crucial desempenhado pela avaliação de riscos. A entidade empregadora tem a obrigação de garantir a segurança e a saúde dos/as trabalhadores/as em todas as áreas relacionados com o trabalho. As avaliações de risco são a possibilidade da entidade empregadora adotar medidas adequadas à proteção e à segurança e saúde dos/as seus/suas trabalhadores/as. Porém, apenas um terço das entidades empregadoras (33,5%) realizou avaliações de risco durante os dois últimos anos em relação aos fatores de risco enunciados no *Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental*. Os fatores de risco relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético (19,2%), com agentes físicos: iluminação (17,2%) e com agentes físicos: ruído (14,8%) foram os fatores mais avaliados pelas entidades empregadoras.

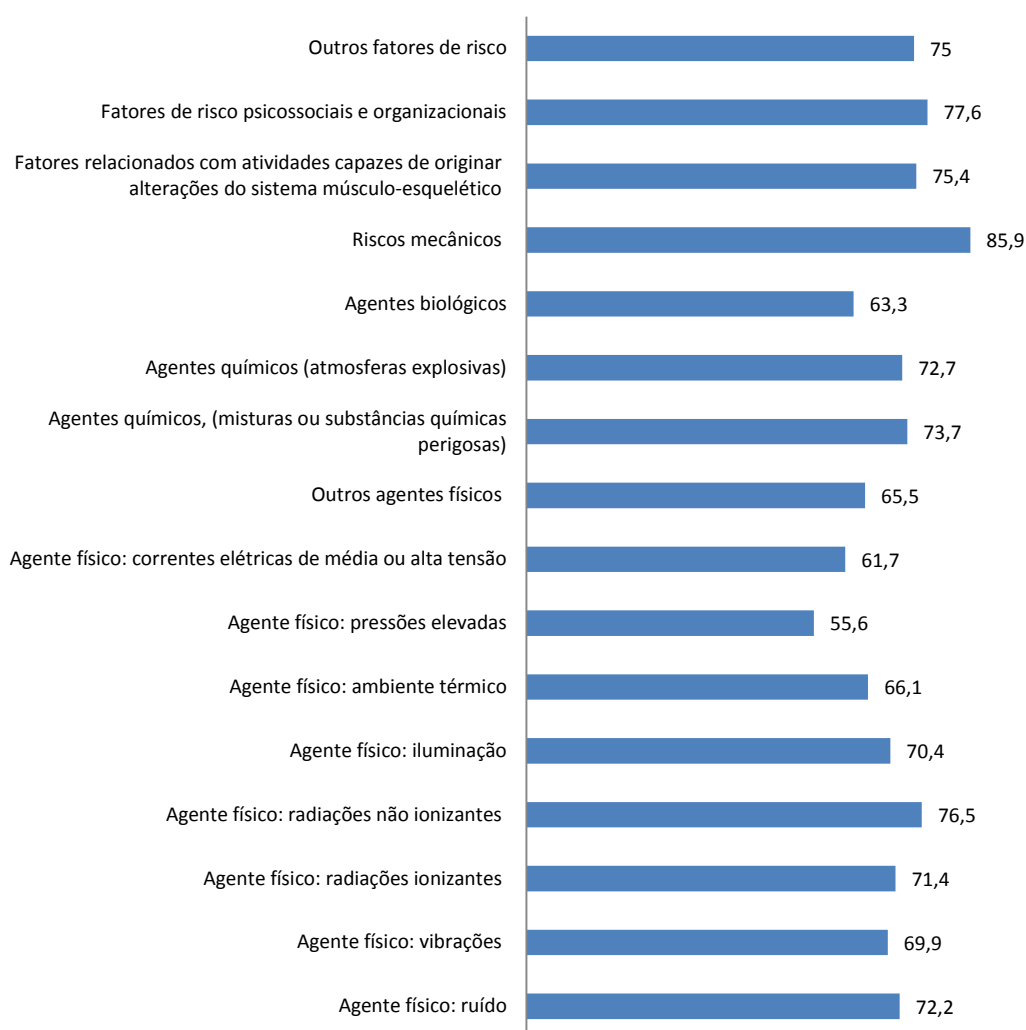
A avaliação de riscos associados à alteração do sistema músculo-esquelético e ao agente físico ruído é mais frequente na indústria transformadora e na construção. Quanto ao agente físico iluminação, a sua avaliação é mais referida na indústria transformadora e no setor da educação.

Na sequência da avaliação de riscos, cerca de 80% das entidades empregadoras que a fizeram afirmam ter tomado medidas. Mais de 10% das entidades empregadoras referem não ter tomado medidas, estando estas, no entanto, em análise.

As quatro áreas de avaliação de risco em relação às quais é mais frequente a adoção de medidas subsequentes são:

- Agente físico: riscos mecânicos;
- Fatores de risco psicossociais e organizacionais;
- Radiações não ionizantes;
- Fatores relacionados com as atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético.

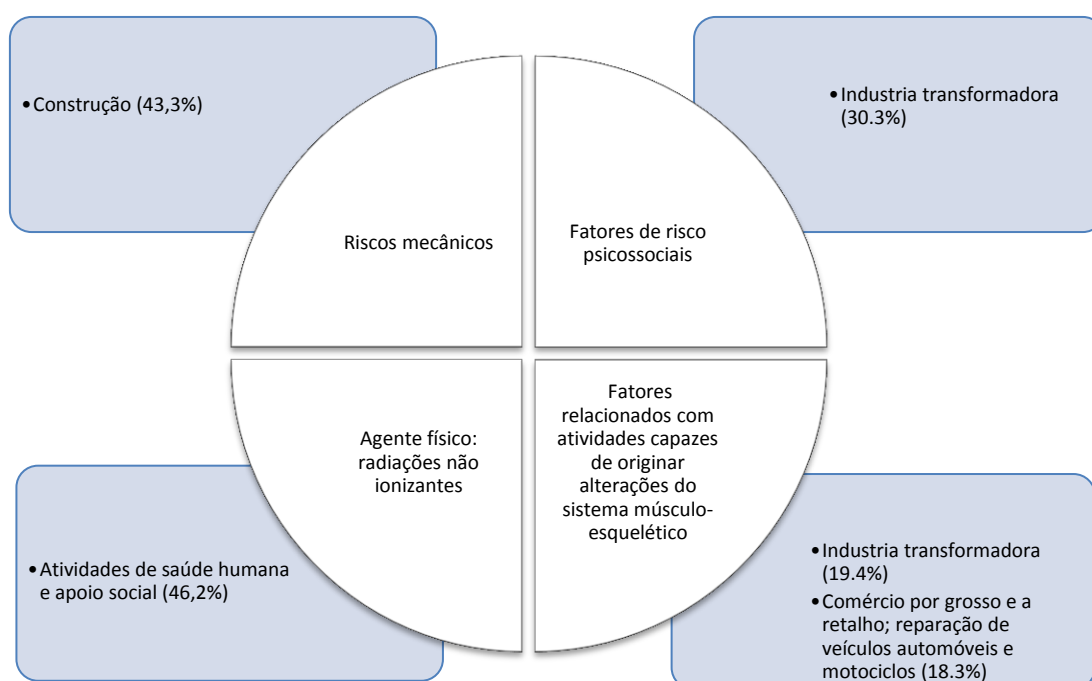
Figura 13 - Entidades empregadoras que tomaram medidas na sequência das avaliações de fatores de risco realizadas (%)



Olhando as entidades empregadoras que tomaram medidas, constata-se que medidas associadas aos riscos mecânicos foram acionadas em particular, na construção; medidas associadas a fatores de risco psicossociais e a fatores relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema

músculo-esquelético foram tomadas sobretudo, na indústria transformadora. Medidas relacionadas com o agente físico: radiações não ionizantes foram implementadas sobretudo no setor atividades de saúde humana e apoio social.

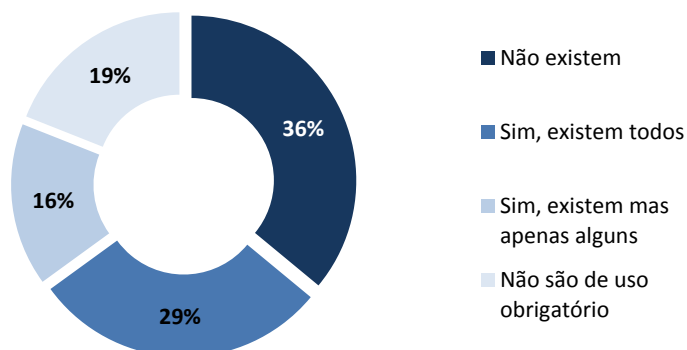
Figura 14 - Áreas de avaliação de risco que deram lugar à adoção de medidas, por atividade económica (%)



A Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde⁵ em vigor delimita a necessidade de se aplicar, entre outras, as medidas essenciais de proteção coletiva visando a redução de riscos profissionais. O diploma prevê igualmente como princípio de prevenção geral que se deve dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual.

⁵ Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção. Disponível em: http://www.dgaep.gov.pt/upload/Legis/2009_1_102_10_09.pdf

Figura 15 - Entidades empregadoras segundo a existência de equipamentos de proteção coletiva (%)



As medidas de proteção coletiva, através dos equipamentos de proteção coletiva, devem pois ter prioridade conforme determina a lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro, artigo 15.º. Ainda assim, 36% das entidades empregadoras afirmam não ter qualquer equipamento de proteção coletiva; 16% referem ter alguns equipamentos; e apenas 29% afirmam ter todos os equipamentos de proteção coletiva. 19% referem que estes não são de uso obrigatório.

São principalmente as entidades enquadradas em atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (61,9%) e em atividades de informação e de comunicação (57,1%) que afirmam não dispor de equipamentos de proteção coletiva.

Por outro lado, entre as entidades empregadoras que afirmam ter todos os equipamentos de proteção coletiva destacam-se as entidades empregadoras da administração pública (75%) e da construção (68,6%). De realçar que nos setores da educação; atividades dos serviços financeiros e dos seguros; e eletricidade, gás e atividades imobiliárias, cerca de um terço das entidades empregadoras refere que os equipamentos de proteção coletiva não são de uso obrigatório.

Parece existir uma relação com a dimensão da entidade, já que a percentagem de entidades com todos os equipamentos de proteção coletiva aumenta em função da dimensão.

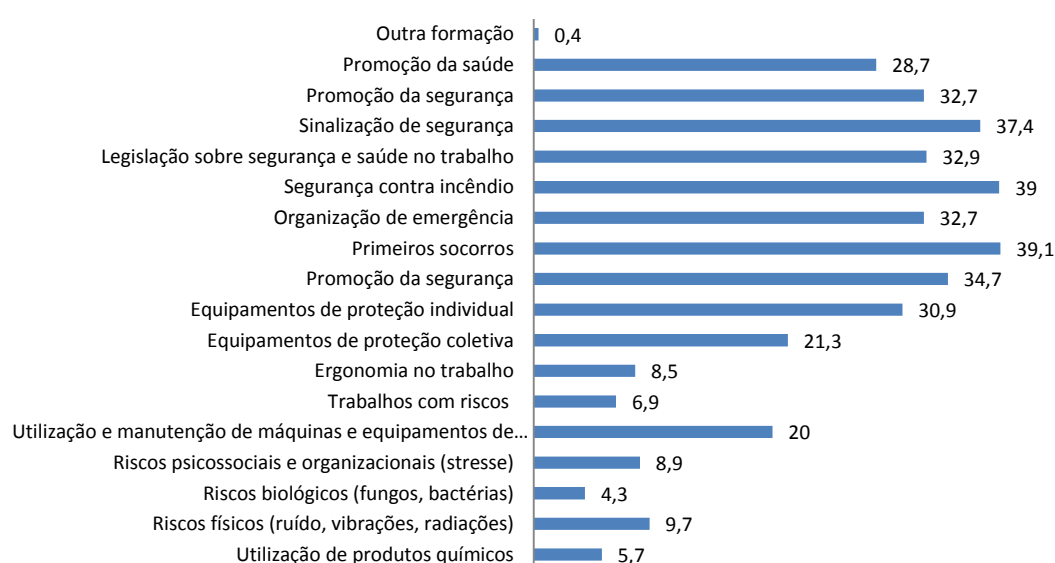
Quando questionadas sobre a principal razão para não existirem equipamentos de proteção coletiva, das 330 entidades que responderam a esta questão, cerca de metade indica que os equipamentos de proteção coletiva não são necessários; quase 40% referem que os equipamentos

de proteção coletiva não são uma prioridade; e aproximadamente 4% referem que os mesmos são muito caros.

Nos termos da lei, as entidades empregadoras têm o dever principal de disponibilizar locais de trabalho onde os riscos para a saúde e segurança estejam devidamente controlados, promovendo a informação e formação aos/às trabalhadores/as. Durante os dois últimos anos cerca de metade das entidades empregadoras (51%) promoveu formação no domínio da SST. Primeiros socorros (39,1%), segurança contra incêndio (39%), sinalização de segurança (37,4%) foram as formações mais desenvolvidas. A indústria transformadora é o setor que se destaca, relativamente à promoção de formação nestas três áreas temáticas.

Por outro lado, as áreas em que menos formação foi promovida são as de riscos biológicos (4,3%), utilização de produtos químicos (5,7%) e trabalhos com riscos (6,9%).

Figura 16 - Entidades empregadoras que promoveram formação no domínio da SST (%)



É ao pessoal dirigente e a trabalhadores/as da produção que um maior número de entidades empregadoras (63% e 51,3%, respetivamente) afirma proporcionar formação no domínio da segurança e saúde no trabalho.

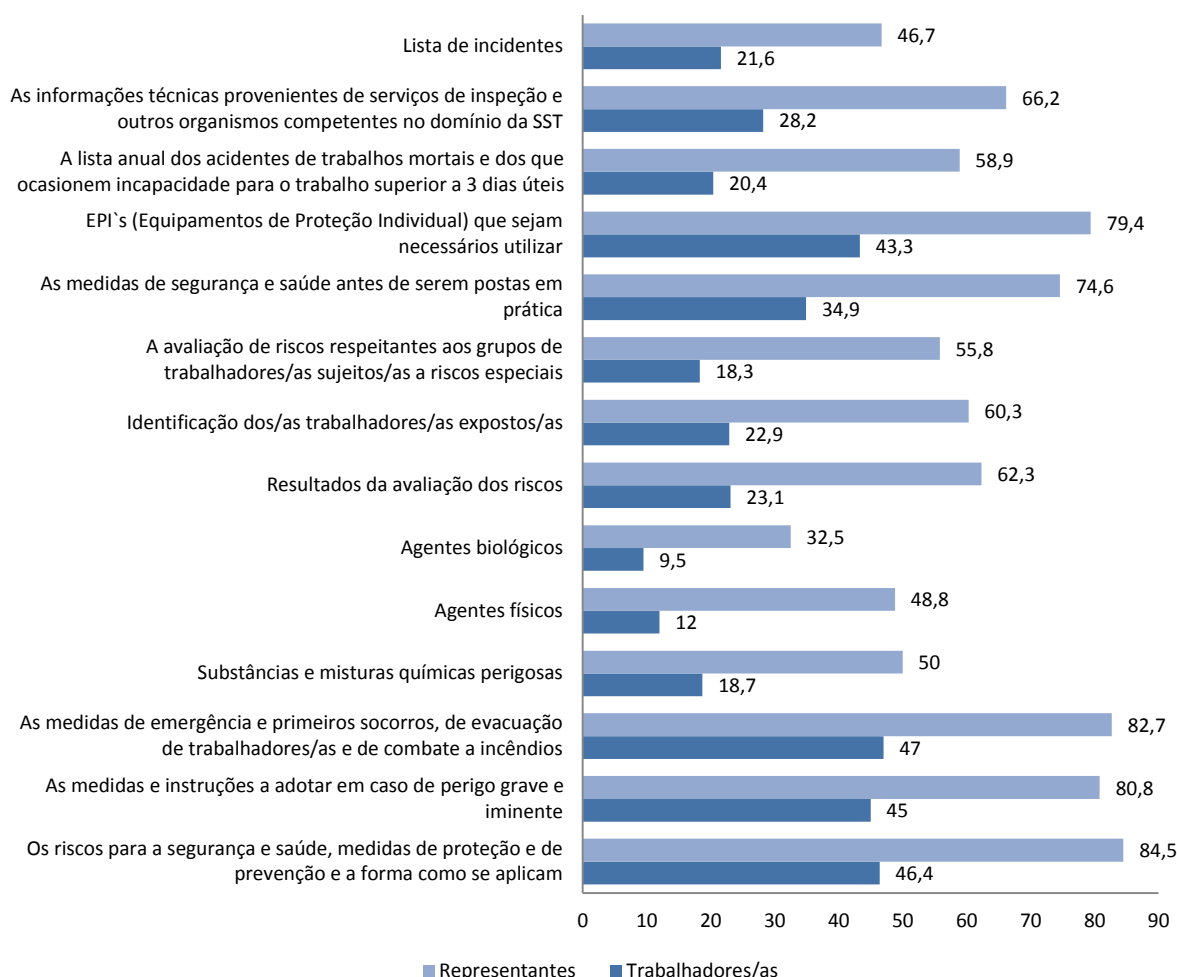
Tabela 10 - Entidades empregadoras que fizeram formação, segundo o pessoal a quem se dirigiu tal formação

	%
Pessoal dirigente	63
Quadros técnicos	28
Chefes de equipa, encarregados/as, etc.	25,8
Pessoal administrativo	22,1
Trabalhadores de produção	51.3
Estagiários e aprendizes	9,6
Trabalhadores/as responsáveis pelas atividades de segurança e saúde no trabalho	19,4

Cerca de metade das entidades inquiridas afirma colocar ao dispor dos/das trabalhadores/as informações atualizadas sobre a temática da segurança e saúde no trabalho. Por outro lado, no que aos/às representantes diz respeito, apenas em cerca de 7%, tais representantes têm acesso a essa mesma informação.

Os riscos para a segurança e saúde, medidas de proteção e de prevenção e a forma como se aplicam; as medidas de emergência e primeiros socorros, de evacuação de trabalhadores/as e de combate a incêndios, as medidas e instruções a adotar em caso de perigo grave e iminente bem como os equipamentos de proteção individual que sejam necessários utilizar são, como se verifica na figura seguinte, as áreas temáticas em relação às quais mais informação é disponibilizada pelas entidades empregadoras quer a trabalhadores/as quer para a representantes para a SST.

Figura 17 - Informações facultadas aos/às trabalhadores/as e a representantes para a segurança e saúde no trabalho (%)



Mais de 70% das entidades referem que esta informação atualizada para a segurança e saúde no trabalho é disponibilizada aquando a admissão dos/as trabalhadores/as na empresa. Por outro lado, quase 50% das entidades empregadoras referem disponibilizar esta informação aquando da introdução ou substituição de equipamentos de trabalho e/ou a propósito da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's)/ equipamentos de proteção coletiva (EPC's).

Mais de seis em cada dez entidades empregadoras (61,1%) afirmam ter desenvolvido, ou estar a desenvolver, pelo menos uma atividade relacionada com a prevenção de riscos e acidentes de trabalho.

Tabela 11 - Entidades empregadoras que realizaram atividades relacionadas com a prevenção de riscos e acidentes de trabalho

	Sim, foi desenvolvida	Está em desenvolvimento	Nunca foi desenvolvida
	%	%	%
Elaboração de um plano de prevenção de riscos profissionais	23,8%	12,5%	63,6%
Elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros	33,0%	9,6%	57,3%
Disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção individual	35,3%	4,9%	59,8%
Disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção coletiva	28,5%	5,3%	66,2%
Instalação e manutenção de sinalização de segurança	44,5%	8,8%	46,7%
Programa/Atividades de promoção da saúde (exercício físico; cessação tabágica)	4,9%	6,8%	88,3%
Definição e coordenação das medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente	22,4%	8,2%	69,4%
Vigilância das condições de trabalho de trabalhadores/as em situações mais vulneráveis	10,3%	8,2%	81,5%
Elaboração de um programa de informação e formação para a promoção da segurança e saúde no trabalho	20,9%	10,1%	69,0%
Atividades de informação e consulta para a segurança e saúde no trabalho	23,5%	8,2%	68,2%
Recolha e organização de elementos estatísticos relativos à segurança e à saúde no trabalho	17,8%	7,4%	74,8%
Compromisso ao mais alto nível hierárquico para a integração das medidas de prevenção e promoção da segurança e saúde no trabalho nas políticas de gestão e tomada de decisão	23,1%	8,0%	68,9%

A instalação e manutenção de sinalização de segurança; a elaboração do plano de emergência interno; e a disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção individual, são as atividades nas quais as entidades empregadoras têm focado mais a sua atenção (em 53,8%, 42,6% e

40,2% dos casos, respetivamente). Em contrapartida, programa/atividades de promoção da saúde e vigilância das condições de trabalho de trabalhadores/as em situações mais vulneráveis são as atividades de prevenção de riscos e acidentes de trabalho menos desenvolvidas.

A indústria transformadora e a administração pública são os principais setores onde foram desenvolvidas atividades para a prevenção de riscos e acidentes de trabalho.

6. Acidentes de trabalho e doenças profissionais

Quando analisado o número de acidentes de trabalho (incluindo os acidentes “in itinere”) que ocorreram e quantos casos de doença profissional foram registados nas entidades empregadoras durante os dois últimos anos, verifica-se o seguinte:

N.º total de acidentes	2139
N.º de acidentes com baixa	1830
N.º de acidentes com baixa e internamento	282
N.º acidentes mortais	1
N.º doenças profissionais participadas	16
N.º doenças profissionais reconhecidas pelo DPRP	6

6.1 Acidentes de trabalho

Existem várias definições de acidentes de trabalho, no entanto todas têm subjacente a mesma ideia: um ato inesperado de que resulta dano ou morte. O Eurostat⁶ define acidente de trabalho como “uma ocorrência imprevista, durante o tempo de trabalho, que provoque dano físico ou mental”.

A legislação Portuguesa, Lei 98/2009 de 4 de Setembro⁷ define acidente de trabalho como “aquele que se verifique no local e no tempo de trabalho, produzindo, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou ganho, ou a morte”.

⁶ Eurostat. Glossary: Accident at work. Disponível em:

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Accident_at_work.

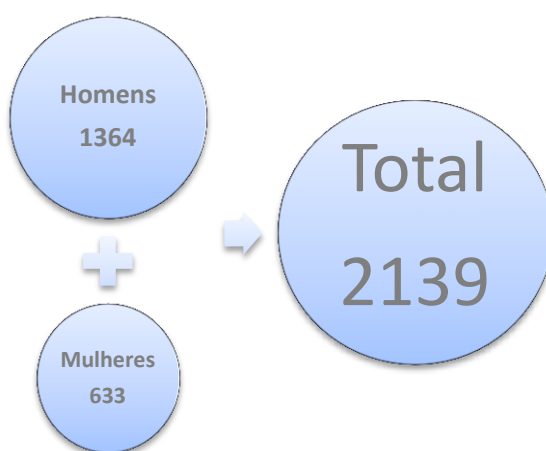
⁷ Lei 98/2009 de 4 de Setembro que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1156&tabela=leis.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (Investigation of Occupational Accidents and Diseases, 2014)⁸ estima-se que os acidentes de trabalho e doenças profissionais causam mais de 2,3 milhões de mortes anualmente em todos os países, dos quais mais de 350 000 em resultado de acidentes de trabalho e perto de 2 milhões de doenças relacionadas ao trabalho.

De acordo com dados da Autoridade para as Condições de Trabalho⁹, em 2012, a sinistralidade laboral em Portugal continua a apresentar valores muito elevados e preocupantes, bastante acima da média europeia¹⁰.

No *Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental* em análise, cerca de 11% das entidades empregadoras referem ter registado acidentes de trabalho durante os dois últimos anos. Terá ocorrido um total de 2139 acidentes no mesmo período de referência. Destes acidentes, 633 destes envolveram mulheres e 1364 envolveram homens.

Figura 18 - Acidentes de trabalho registados nas entidades empregadoras, segundo o sexo das pessoas acidentadas



⁸ International Labour Organization (ILO), (2014), *Investigation of Occupational Accidents and Diseases, (A Practical Guide for Labour Inspectors)*, Geneva. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_dialogue/@lab_admin/documents/publication/wcms_346714.pdf

⁹ www.dnpst.eu/uploads/2015-FolhetoEmpregadorWEB.pdf

¹⁰ Portugal: 2690 por cada 100.000 trabalhadores/as em comparação com a média europeia: 1481 por cada 100.000 trabalhadores.

Do total dos acidentes registados, cerca de 86% (1830 acidentes) envolveram baixa médica e aproximadamente 13% (282 acidentes) envolveram baixa médica e internamento. Registou-se um acidente mortal.

Distrações, descuidos, falta de atenção (55,5%); mas também, em menor percentagem, posturas incorretas ou realização de esforços e/ou movimentos extremados durante a tarefa (26,4%) e rapidez na realização do trabalho (18,2%), foram apontadas pelas entidades empregadoras como as principais causas dos acidentes de trabalho ocorridos.

Figura 19 - Principais causas dos acidentes de trabalho identificadas pelas entidades empregadoras (%)



Refira-se que a entidade empregadora inquirida do setor da administração pública registou 1498 acidentes de trabalho. Estes acidentes envolveram 457 mulheres e 1041 homens.

Não considerando a administração pública, é na indústria transformadora e na construção que ocorrem o maior número de acidentes de trabalho.

Figura 20 - Ocorrência de acidentes de trabalho, por atividade económica (%)



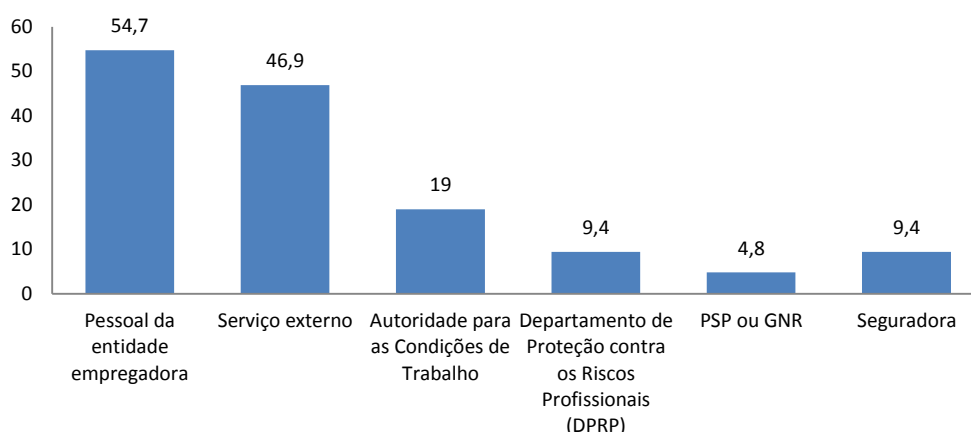
Lisboa foi a região onde se registou o número mais elevado de acidentes de trabalho, mais concretamente 1742. A região Norte é a segunda com mais acidentes de trabalho, 284 no total.

Figura 21 - Número de acidentes de trabalho, por localização geográfica



Cerca de 60% (59,3%) entidades que registaram acidentes de trabalho referem que os mesmos foram investigados, na sua maioria por pessoal próprio da entidade. A segunda modalidade de investigação mais usada é o recurso a serviço externo.

Figura 22 - Entidades/pessoas que investigaram os acidentes de trabalho ocorridos nas entidades empregadoras (%)



Das entidades empregadoras que registaram acidentes de trabalho, 64% facultaram formação aos/às trabalhadores/as que asseguram os primeiros socorros e as atividades de emergência, evacuação de trabalhadores/as e combate de incêndios. Por outro lado, 71% têm programas de promoção e vigilância e da saúde. Em 74% dos mesmos existem pelo menos alguns equipamentos de proteção coletiva.

Figura 23 - Entidades empregadoras com acidentes de trabalho, segundo o desenvolvimento de formação sobre primeiros socorros e atividades de emergência, evacuação de trabalhadores/as e combate de incêndios (%)

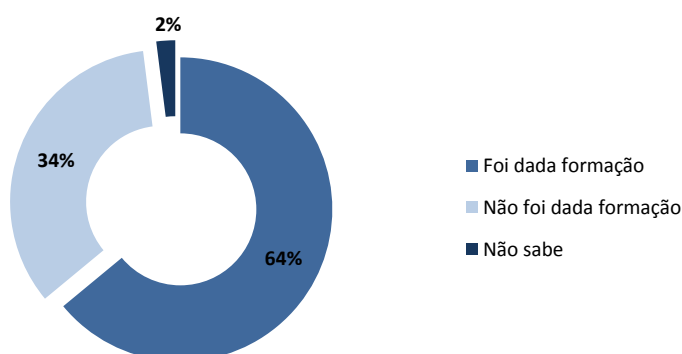


Figura 24 - Entidades empregadoras com acidentes de trabalho segundo a existência de um programa de promoção e vigilância da saúde (%)

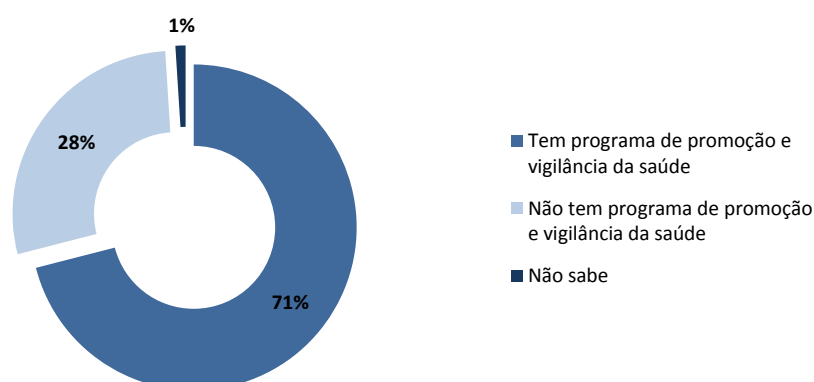
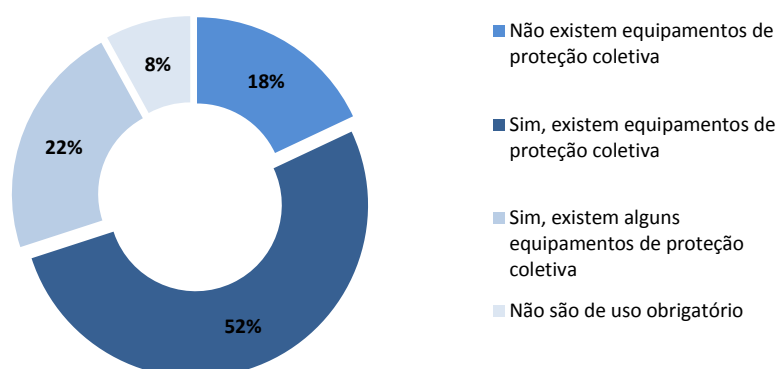


Figura 25 - Entidades empregadoras com acidentes de trabalho, segundo a existência de equipamentos de proteção coletiva (%)



6.2 Doenças profissionais

As doenças profissionais, ou relacionadas com a atividade profissional, são origem de sofrimento extremo e baixas médicas no mundo laboral. De acordo com um artigo da OIT - Organização Internacional do Trabalho, 2013, as “doenças profissionais são doenças contraídas em resultado de uma exposição a fatores de risco subjacentes a uma atividade profissional”. Segundo a mesma fonte, apesar de serem responsáveis por seis vezes mais mortes que os acidentes de trabalho as doenças profissionais mantêm-se em larga medida ocultas.

De acordo com o *Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental*, nos últimos dois anos, apenas seis entidades empregadoras registaram casos de doenças profissionais participadas. Estas entidades empregadoras enquadram-se nos seguintes setores: indústria transformadora; atividades artísticas, de espetáculo e atividades administrativas e dos serviços de apoio. Nestas entidades empregadoras registaram-se 16 casos que envolveram mais mulheres (9) do que homens (7).

Por outro lado, foi mencionada a existência de seis situações de doenças profissionais reconhecidas pelo Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais (DPRP). Todas elas dizem respeito a trabalhadores do sexo masculino.

Ainda considerando as entidades empregadoras que registaram doenças profissionais, em metade destas tais situações foram investigadas. Refira-se, contudo que, relativamente às doenças profissionais, apenas duas entidades responderam a essa questão, sendo o pessoal da entidade empregadora e o serviço externo as entidades/pessoas referidas por cada uma delas como responsáveis por essa investigação.

7. Saúde no trabalho

O tabaco e as bebidas alcoólicas foram riscos para a segurança e saúde no trabalho identificados por cerca de 40 entidades empregadoras (3,7% e 3,8%, respetivamente).

Tabela 12 - Atividades realizadas pelas entidades empregadoras para a promoção da saúde no trabalho %

Ações de sensibilização e informação para fumadores/as	3,7
Promover e facilitar o acesso a consultas de apoio à cessação tabágica	2,1
Criação de espaços para fumadores/as	4,2
Prevenção e/ou tratamento do alcoolismo	1,1
Prevenção e/ou tratamento de toxicodependências	0,4
Promoção do exercício físico	4,4
Criação de condições para a prática do exercício físico	2,8
Promoção de uma alimentação saudável	5,9
Atividades dirigidas a trabalhadores/as jovens	1
Atividades dirigidas a mulheres	1,4
Atividades dirigidas a mulheres grávidas, puérperas ou lactantes	1
Atividades dirigidas a trabalhadores/as com mais de 50 anos	0,5
Atividades dirigidas a trabalhadores/as migrantes	0,2
Preparação da aposentação	0,8
Prevenção e controlo de riscos psicossociais	1,5
Outra atividade	0,5

Ainda que em número reduzido, as atividades de promoção de saúde mais presentes nas entidades inquiridas são a promoção de uma alimentação saudável; a promoção do exercício físico e a criação de espaços para fumadores/as.

8. Outras práticas de promoção da melhoria das condições de trabalho – Articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal

As transformações económico-sociais ocorridas nas últimas décadas estão relacionadas, quer com novos padrões de participação laboral, quer com as novas dinâmicas de organização da vida familiar.

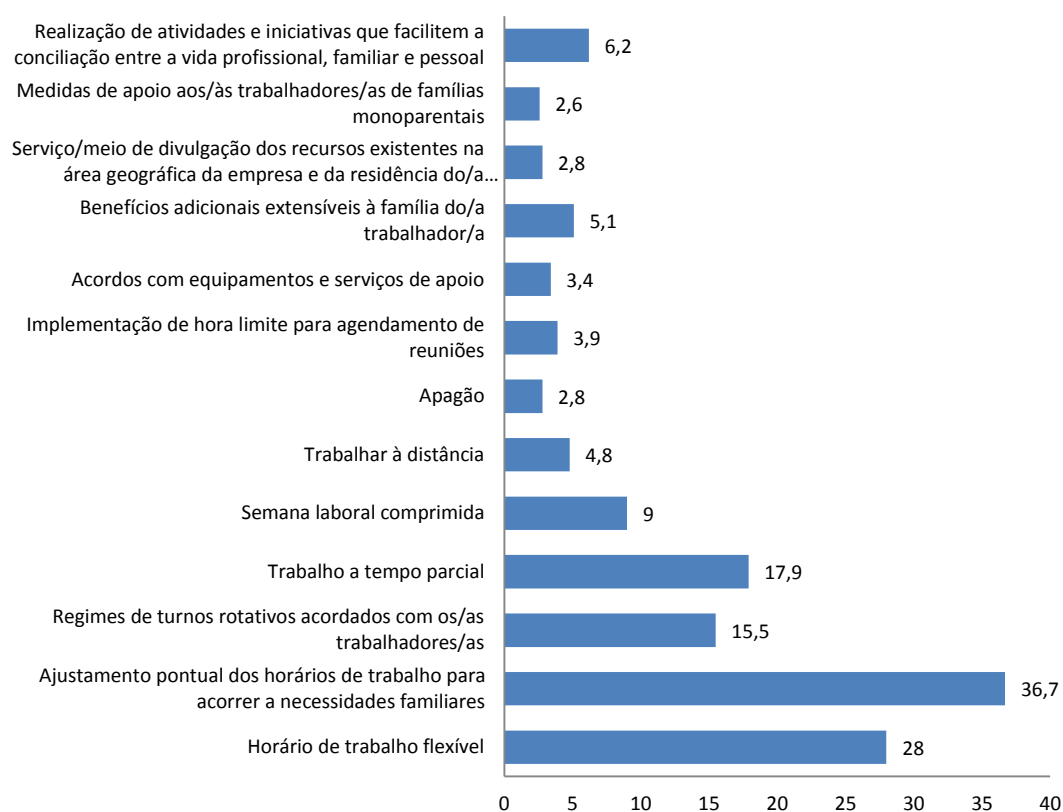
A simultaneidade de responsabilidades e solicitações das esferas profissional e familiar é para trabalhadores e trabalhadoras fonte de conflitos quando as pressões nestas duas áreas são percebidas como mutuamente incompatíveis, com consequências negativas para os/as próprios/as e para as organizações. Colocam-se, assim, importantes desafios na articulação, ou conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal.

Ora, a palavra conciliação remete-nos para o artigo 59º, nº1, alínea b) da Constituição da República Portuguesa, que afirma que todos/as os/as trabalhadores/as têm direito à “organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar”. Refira-se ainda que, em setembro de 2015, foi aprovada a Lei n.º 120/2015 que cuida, no essencial, da licença parental, dos deveres de informação do empregador e da organização dos tempos de trabalho. A nova legislação reforça os direitos dos pais/mães com filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica. Os artigos nº 55 e nº 56 do Código do Trabalho determinam que estes pais ou mães podem escolher trabalhar a tempo parcial ou com horário flexível. Mas a partir de setembro de 2015 a lei estabelece que o trabalhador ou a trabalhadora que opte por qualquer dos referidos regimes não pode ser penalizado/a em matéria de avaliação e de progressão na carreira.

Também a Resolução do Parlamento Europeu sobre a conciliação entre vida profissional, familiar e privada (2003/2129/(INI)): declara que a “política da família deve criar condições para que os pais passem mais tempo com os filhos; uma repartição mais equilibrada entre a vida profissional e os cuidados aos próprios filhos resultariam, em muitos casos, num melhor contacto entre pais e filhos e teria ainda efeitos positivos, promovendo a constituição de famílias e uma maior estabilidade das mesmas; considera ainda que uma redução global do tempo diário de trabalho é a melhor forma de promover a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar”.

Importa, pois, perceber até que ponto, e de que forma, as entidades empregadoras em Portugal desenvolvem práticas de melhoria das condições de trabalho orientadas para facilitar a articulação da vida profissional, familiar e pessoal.

Figura 26 - Entidades empregadoras com práticas de promoção de condições de trabalho, orientadas para facilitar a articulação da vida profissional, familiar e pessoal (%)

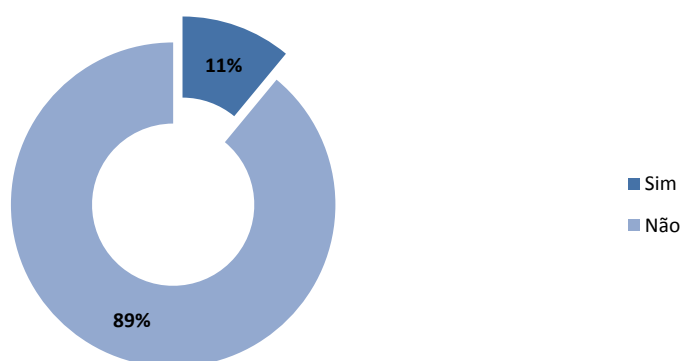


As práticas promovidas por um maior número de entidades empregadoras são o ajustamento pontual dos horários de trabalho para acorrer a necessidades familiares em situação de força maior e um horário de trabalho flexível a pedido do/a trabalhador/a (36,7% e 28%, respetivamente) com uma maior prevalência nas entidades empregadoras de média dimensão.

Fazendo uma análise por setor de atividade, os mais relevantes no caso do ajustamento pontual dos horários de trabalho para acorrer a necessidades familiares são a indústria transformadora (40,2%) e as atividades administrativas e dos serviços de apoio (39%). O horário de trabalho flexível a pedido do/a trabalhador/a tem maior incidência nos setores de atividades administrativas e dos serviços de

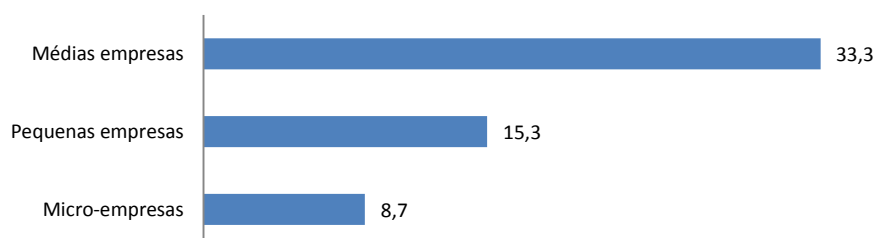
apoio (34,9%) e de atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (31,9%). Outros indicadores são igualmente relevantes neste domínio.

Figura 27 - Entidades empregadoras segundo a existência de trabalhadores/as a usufruir de horários especiais para facilitar a articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal (%)



Cerca de 90% das entidades empregadoras afirmam não terem trabalhadores/as a usufruir de horários de trabalho especiais para facilitar a conciliação entre a vida pessoal e profissional. Dos/as 772 trabalhadores/as a usufruírem de horários de trabalho especiais, a larga maioria é do sexo feminino (607).

Figura 28 - Entidades empregadoras com trabalhadores/as a usufruir de horários especiais para facilitar a articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal, segundo a dimensão da entidade (%)



São as entidades de média dimensão quem mais facilita este tipo de horário de trabalho especiais. Relativamente às entidades de grande dimensão, 50%, ou seja, duas entidades empregadoras afirmam proporcionar este tipo de horário.

Os resultados por atividade económica revelam que atividades administrativas e dos serviços de apoio e o setor da educação são os mais recetivos à existência de horários especiais para facilitar a articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

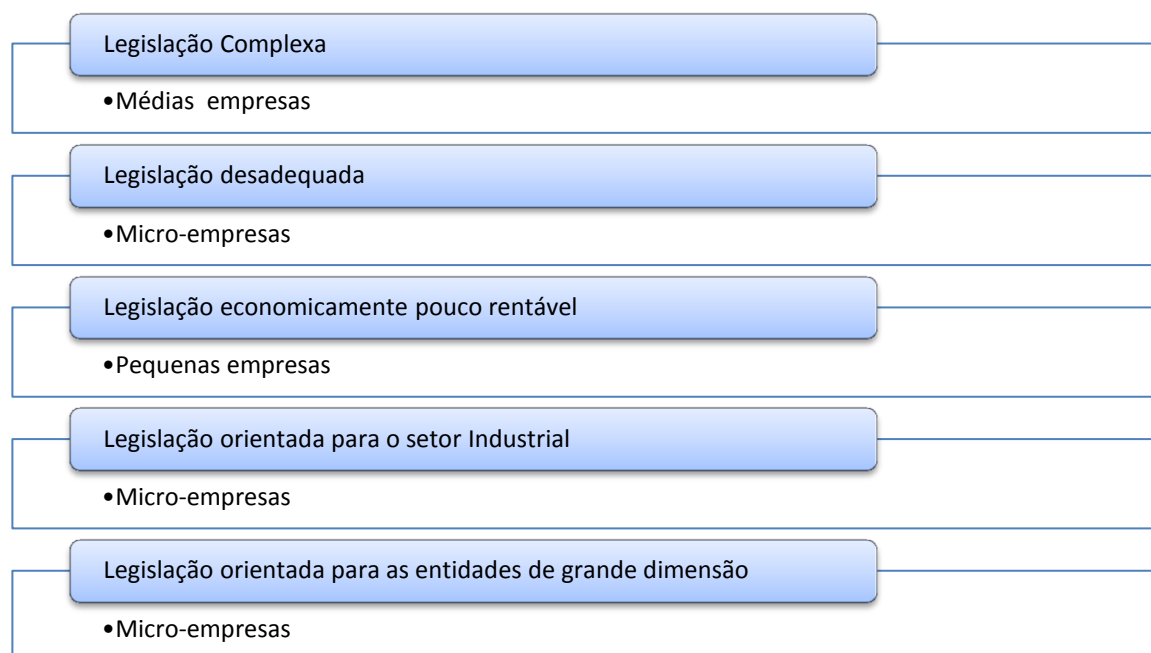
9. Avaliação da legislação atual em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho

A legislação atual em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho é considerada por cerca de metade das entidades empregadoras de fácil aplicação e adequada. Em contrapartida, a outra metade consideram-na complexa e economicamente pouco rentável, orientada para o setor Industrial ou orientada para entidades de grande dimensão.

Figura 29 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente à legislação atual em matéria de promoção da SST

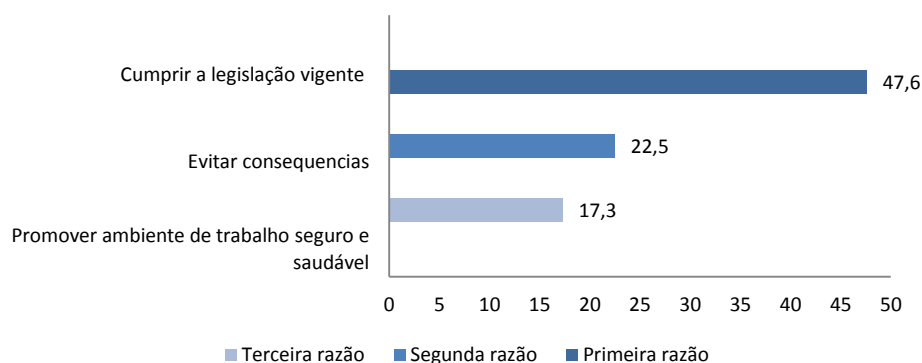


Figura 30 - Avaliação das entidades empregadoras relativamente à legislação atual em matéria de promoção da SST por dimensão da entidade



São as micro-empresas que em maior número afirmam que a legislação é desadequada, orientada para as grandes empresas e orientada para entidades empregadoras do setor industrial.

Figura 31 - Principais razões que motivam a entidade empregadora a desenvolver medidas de promoção da melhoria das condições de SST (%)



O cumprimento da legislação vigente é a principal razão que motiva as entidades empregadoras a desenvolverem medidas de promoção da melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho.

Evitar consequências legais, tais como multas e outras sanções surge como a segunda principal razão mais referida.

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável é a terceira principal razão que motiva as entidades empregadoras a desenvolverem este tipo de medidas.

Nota metodológica

O Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental às Condições de Trabalho em Portugal Continental, no segmento entidades empregadoras, foi aplicado junto de um total de 1004 entidades empregadoras.

Foi definida uma amostra inicial de 804 entidades empregadoras estratificada por quotas, representativa das entidades empregadoras em Portugal Continental, e uma outra, complementar, de 200 entidades empregadoras, também representativa, mas só de Entidades Empregadoras com 10 ou mais trabalhadores/as.

A amostra foi estratificada de forma proporcional e representativa, segundo os últimos quadros estatísticos (17 de junho de 2011) publicados do INE – Instituto Nacional de Estatística, no que concerne a todas as atividades, com exceção da Secção O -Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, informação inexistente no INE, que foi conseguida no Banco de Portugal, mais concretamente em: [https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/ MetodologiasE NomenclaturasEstatisticas/LEFE/Paginas/ListadeEntidadesparaFinsEstatisticos.aspx](https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/MetodologiasE NomenclaturasEstatisticas/LEFE/Paginas/ListadeEntidadesparaFinsEstatisticos.aspx).

O questionário foi concebido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social¹¹ e formatado pela Eurosondagem. A versão base foi submetida a sucessivas apreciações e consequentes alterações. Por este processo de aproximação sucessiva se chegou à versão final. O CESIS foi a entidade responsável pela elaboração do manual de aplicação do questionário.

O pré-teste do questionário foi realizado na fase final do processo de preparação do mesmo (de 17 a 24 de setembro de 2015) com vista a verificar, em especial, a operacionalidade do mesmo. Foi realizado por dois entrevistadores selecionados e devidamente instruídos. Consistiu em 6 entrevistas validadas: 3 na região Norte e 3 na região de Lisboa. Todas foram revistas e, posteriormente, registadas para análise.

O trabalho de campo de recolha da informação foi realizado pela Eurosondagem - Estudos de Opinião, SA e decorreu entre o dia 10 de Outubro a 15 de Dezembro de 2015.

¹¹ No processo de elaboração do questionário foi considerado, de forma particular, o ESENER – Inquérito Europeu às Empresas sobre Riscos Novos e Emergentes (EU-OSHA).

O processo de amostragem seguido foi o método de quotas, por região e por atividade cruzada com a dimensão da empresa.

Em cada empresa respondeu sempre a pessoa responsável pelas condições de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras.

As quotas atingidas por cada entrevistador/a foram comparadas com o total das entrevistas para o NUT II onde se insere, de forma a ser aplicada a lógica das compensações de quotas, no total dos entrevistadores/as daquele NUT II.

A aplicação de um processo de amostragem com quotas específicas a serem atingidas obrigou a uma monitorização permanente das entrevistas que foram efetuadas, sob pena da proporcionalidade dos estratos não ser atingida.

Em termos médios, do total de contactos efetuados, as recusas representam cerca de 51% dos mesmos.

Em termos de revisão, supervisão e controlo de qualidade de trabalho de campo, foi efetuada a revisão de todas as entrevistas (100%), resposta a resposta e, nos casos de deteção de não conformidades, omissões ou incoerências procedeu-se à repetição da entrevista.

Procedeu-se a uma segunda verificação do trabalho efetuado pelos/as entrevistadores/as, mediante a seleção aleatória de 20% das entrevistas efetuadas por cada entrevistador/a e contacto telefónico com a pessoa entrevistada.

A construção da base de dados, isto é, do ficheiro de gravação para registo dos dados recolhidos no trabalho de campo foi finalizada imediatamente a seguir à aprovação do questionário. A gravação dos dados (entrevistas validadas pelo Departamento de Revisão de Controlo de Qualidade da Eurosondagem) decorreu em simultâneo à realização do trabalho de campo, revisão e supervisão.

Referências bibliográficas

Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2009). *European Survey of Enterprises on New and Emerging Risks - Managing safety and health at work (ESENER)*. Disponível em: https://osha.europa.eu/sites/default/files/publications/documents/en/publications/reports/esener1_osh_management/en_ESENER_report.pdf.

Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2012). *Inquérito Europeu às Empresas sobre Riscos Novos e Emergentes (ESENER): Uma síntese do relatório*. Disponível em: https://osha.europa.eu/pt/tools-and-publications/publications/reports/en_esener1-summary.pdf.

Constituição da Republica Portuguesa, VII Revisão Constitucional. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>.

Eurostat (2016). *Glossary: Accident at work*. Acedido em 10 de Agosto 2016, em http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Accident_at_work.

International Labour Organization (2014). *Investigation of Occupational Accidents and Diseases, (A Practical Guide for Labour Inspectors)*, Geneva. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_dialogue/@lab_admin/documents/publication/wcms_346714.pdf.

Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção. Disponível em: http://www.dgaep.gov.pt/upload/Legis/2009_1_102_10_09.pdf.

Lei 98/2009, de 4 de Setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1156&tabela=leis.

Lei n.º 3/2014, de 28 de Janeiro, que procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/01/01900/0055400591.pdf>.

Lei 120/2015, de 1 de Setembro, que procede à nona alteração ao Código do Trabalho, com o objetivo de reforçar os direitos de maternidade e paternidade. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/12718990/Lei_n_120_2015_09_01/4285788a-55d2-46ce-a1b5-c7ed895815b7.

Organização Internacional do Trabalho (2013). *A prevenção das doenças profissionais*. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/safeday2013_relatorio.pdf.

AMOSTRA

ENTIDADES EMPREGADORAS

AMOSTRA DE 804 ENTREVISTAS

Amostra pelo total Portugal Continental

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	0 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	255	255	13	12	2	1	0	0	270	270
Centro	176	176	6	6	0	0	0	0	182	182
Lisboa	239	237	9	10	2	2	1	0	251	251
Alentejo	57	57	0	0	0	0	0	0	57	57
Algarve	43	43	1	1	0	0	0	0	44	44
Continente	770	768	29	29	4	3	1	0	804	804

Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca / Indústrias extrativas (Secções A + B)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	8	8	0	0	0	0	0	0	8	8
Centro	10	10	1	1	0	0	0	0	11	11
Lisboa	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Alentejo	10	10	0	0	0	0	0	0	10	10
Algarve	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Continente	35	34	0	0	0	0	0	0	35	35

Industria Transformadora (Secção C)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	19	19	5	5	1	1	0	0	25	25
Centro	11	11	2	2	0	0	0	0	13	13

[ANEXO 1]

Lisboa	8	8	1	1	0	0	0	0	9	9
Alentejo	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Algarve	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Continente	42	42	8	8	1	1	0	0	51	51

Eletricidade, gás, Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (Secções D + E)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1

Construção (Secção F)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	22	22	2	2	0	0	0	0	24	24
Centro	21	21	1	1	0	0	0	0	22	22
Lisboa	16	16	1	1	1	1	0	0	18	18
Alentejo	4	4	0	0	0	0	0	0	4	4
Algarve	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5
Continente	68	68	5	4	0	1	0	0	73	73

Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (Secção G)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	62	62	2	2	0	0	0	0	64	64
Centro	41	41	2	2	0	0	0	0	43	43
Lisboa	44	44	2	2	1	1	0	0	47	47
Alentejo	13	13	0	0	0	0	0	0	13	13
Algarve	9	9	0	0	0	0	0	0	9	9

Continente	169	169	6	6	1	1	0	0	176	176
------------	-----	-----	---	---	---	---	---	---	-----	-----

Transportes e armazenagem (Secção H)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	4	4	1	1	0	0	0	0	5	5
Centro	4	4	0	0	0	0	0	0	4	4
Lisboa	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5
Alentejo	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Algarve	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Continente	15	15	1	1	0	0	0	0	16	16

Alojamento, restauração e similares (Secção I)
--

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	18	18	1	1	0	0	0	0	19	19
Centro	13	13	0	0	0	0	0	0	13	13
Lisboa	14	15	1	1	0	0	0	0	15	16
Alentejo	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5
Algarve	5	5	1	1	0	0	0	0	6	6
Continente	55	56	3	3	0	0	0	0	58	59

Atividades de informação e de comunicação (Secção J)

[illegible]

[ANEXO 1]

Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	10	10	0	0	0	0	0	0	9	10

Atividades imobiliárias (Secção L)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	6	6	0	0	0	0	0	0	6	6
Centro	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Lisboa	8	8	0	0	0	0	0	0	8	8
Alentejo	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Algarve	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
Continente	20	20	0	0	0	0	0	0	20	20

Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (Secção M)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	25	25	0	0	0	0	0	0	25	25
Centro	16	16	0	0	0	0	0	0	16	16
Lisboa	33	33	1	1	0	0	0	0	34	34
Alentejo	4	4	0	0	0	0	0	0	4	4
Algarve	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Continente	80	80	1	1	0	0	0	0	82	82

Atividades administrativas e dos serviços de apoio (Secção N)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	28	28	1	1	0	0	0	0	29	29
Centro	18	18	0	0	0	0	0	0	18	18
Lisboa	41	39	1	2	0	0	0	0	42	41

[ANEXO 1]

Alentejo	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5
Algarve	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5
Continente	98	95	1	3	0	0	0	0	99	98

Educação (Secção P)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	17	17	0	0	0	0	0	0	17	17
Centro	10	10	0	0	0	0	0	0	10	10
Lisboa	12	10	0	0	0	0	0	0	12	10
Alentejo	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Algarve	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
Continente	44	42	0	0	0	0	0	0	44	42

Atividades de saúde humana e apoio social (Secção Q)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	20	20	0	0	0	0	0	0	20	20
Centro	11	11	0	0	0	0	0	0	11	11
Lisboa	20	20	1	2	0	0	0	0	21	22
Alentejo	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Algarve	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
Continente	56	56	1	2	0	0	0	0	57	58

Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (Secção R)

		Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)							TOTAL	
		1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +		
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	5	5	0	0	0	0	0	0	5	5
Centro	4	4	0	0	0	0	0	0	4	4
Lisboa	9	9	0	0	0	0	0	0	9	9

[ANEXO 1]

Alentejo	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Algarve	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Continente	20	20	0	0	0	0	0	0	20	20

Outras atividades de Serviços (Secção S)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	12	12	0	0	0	0	0	0	12	12
Centro	8	8	0	0	0	0	0	0	8	8
Lisboa	15	15	0	0	0	0	0	0	15	15
Alentejo	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Algarve	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3
Continente	41	41	0	0	0	0	0	0	41	41

Atividades dos Serviços Financeiros e dos Seguros (Secção K)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	6	6	0	0	0	0	0	0	6	6
Centro	4	4	0	0	0	0	0	0	4	4
Lisboa	6	6	0	0	0	0	0	0	6	6
Alentejo	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Algarve	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Continente	18	18	0	0	0	0	0	0	18	18

Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (Secção O)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)								TOTAL	
	1 a 9		10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	0	0	1	0	1	0	0	0	2	2

[ANEXO 1]

Centro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	0	0	1	0	0	0	1	0	2	2
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	0	0	2	0	1	0	1	0	4	4

Total Nacional (200 entrevistas)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	71	71	8	8	2	2	81	81
Centro	38	38	5	5	0	0	43	43
Lisboa	51	51	9	9	1	1	61	61
Alentejo	7	7	0	0	0	0	7	7
Algarve	8	8	0	0	0	0	8	8
Continente	175	175	22	22	3	3	200	200
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca / Indústrias extrativas (Secções A + B)								

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	2	2	0	0	0	0	2	2
Centro	2	2	0	0	0	0	2	2
Lisboa	1	1	0	0	0	0	1	1
Alentejo	1	1	0	0	0	0	1	1
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	6	6	0	0	0	0	6	6

Indústria Transformadora (Secção C)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	26	26	5	5	1	1	32	32
Centro	11	11	3	3	0	0	14	14
Lisboa	6	6	1	1	0	0	7	7
Alentejo	2	2	0	0	0	0	2	2
Algarve	1	1	0	0	0	0	1	1
Continente	47	46	9	9	0	0	56	56

[ANEXO 1]

Eletricidade, gás, Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (Secções D + E)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	1	1	0	0	0	0	1	1
Centro	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	1	2	1	0	0	0	2	2

Construção (Secção F)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	13	13	1	1	0	0	14	14
Centro	6	6	1	1	0	0	7	7
Lisboa	7	7	1	1	0	0	8	8
Alentejo	1	1	0	0	0	0	1	1
Algarve	2	2	0	0	0	0	2	2
Continente	30	29	3	3	0	0	32	32

Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (Secção G)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	13	13	1	1	1	1	15	15
Centro	9	9	1	1	0	0	10	10
Lisboa	12	12	2	2	0	0	14	14
Alentejo	2	2	0	0	0	0	2	2
Algarve	2	2	0	0	0	0	2	2
Continente	38	38	4	4	1	1	43	43

Transportes e armazenagem (Secção H)

Regiões	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	2	2	1	1	0	0	3	3
Centro	2	2	0	0	0	0	2	2
Lisboa	2	2	1	1	0	0	3	3
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	6	6	1	2	0	0	8	8

Alojamento, restauração e similares (Secção I)

Regiões	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	4	4	0	0	0	0	4	4
Centro	2	2	0	0	0	0	2	2
Lisboa	6	6	1	1	0	0	7	7
Alentejo	1	1	0	0	0	0	1	1
Algarve	2	2	0	0	0	0	2	2
Continente	15	15	1	1	0	0	16	16

Atividades de informação e de comunicação (Secção J)

Regiões	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	1	1	0	0	0	0	1	1
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	2	2	1	1	0	0	3	3
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	3	3	1	1	0	0	4	4

Atividades imobiliárias (Secção L)

Regiões	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	1	1	0	0	0	0	1	1
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	1	1	0	0	0	0	1	1
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	2	2	0	0	0	0	2	2

Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (Secção M)

Regiões	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	2	2	0	0	0	0	2	2
Centro	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	5	5	1	1	0	0	6	6
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	8	8	1	1	0	0	9	9

Atividades administrativas e dos serviços de apoio (Secção N)

Regiões	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	2	2	0	0	0	0	2	2
Centro	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	2	2	1	1	1	1	4	4
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	1	1	0	0	0	0	1	1
Continente	6	6	1	1	1	1	8	8

Educação (Secção P)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	1	1	0	0	0	0	1	1
Centro	1	1	0	0	0	0	1	1
Lisboa	2	2	0	0	0	0	2	2
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	4	4	0	0	0	0	4	4

Atividades de saúde humana e apoio social (Secção Q)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	2	2	0	0	0	0	2	2
Centro	2	2	0	0	0	0	2	2
Lisboa	2	2	0	0	0	0	2	2
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	5	6	0	0	0	0	6	6

Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (Secção R)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	1	1	0	0	0	0	1	1
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	1	1	0	0	0	0	1	1

[ANEXO 1]

Outras atividades de Serviços (Secção S)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	1	1	0	0	0	0	1	1
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	1	1	0	0	0	0	1	1
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	2	2	0	0	0	0	2	2

Atividades dos Serviços Financeiros e dos Seguros (Secção K)

	Dimensão (escalões de pessoal ao serviço)						TOTAL	
	10 a 49		50 a 249		250 ou +			
Regiões	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas	Nº Entrevistas a realizar	Realizadas e validadas
Norte	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro	0	0	0	0	0	0	0	0
Lisboa	1	1	0	0	0	0	1	1
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
Continente	2	1	0	0	0	0	1	1

Data
____/____/____

N.º de questionário

Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental

ENTIDADES EMPREGADORAS

1. Localização geográfica	
Norte	1
Centro	2
Lisboa	3
Alentejo	4
Algarve	5

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

2. Qual é a atividade económica principal desta entidade empregadora (MOSTRAR CARTÃO)	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1
Indústrias extrativas	2
Indústria transformadora	3
Eletricidade, gás, captação, tratamento e distribuição de água;	4
Captação, tratamento e distribuição da água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	5
Construção	6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	7
Transportes e armazenagem	8
Alojamento, restauração e similares	9
Atividades de informação e de comunicação	10
Atividades dos serviços financeiros e dos seguros	11
Atividades imobiliárias	12
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	14
Educação	15
Atividades de saúde humana e apoio social	16
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	17
Outras atividades de serviços	18
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	19

3. Qual é a natureza jurídica desta entidade empregadora?	
Empresa em Nome Individual	1
Sociedade Anónima (SA)	2
Sociedade por Quotas	3
Sociedade Cooperativa	4
Outras Sociedades Comerciais	5
Sociedades Civis	6
Associações e Fundações	7
Outra natureza jurídica. Qual? _____	8
Não sabe	88
Recusa (espontânea)	99

4. Qual era o número de trabalhadores/as afetos/as a esta entidade empregadora à data de 31 dezembro de 2014?	
4.M. Mulheres _ _ _ _ _ /	4.H. Homens _ _ _ _ _ /

CARATERIZAÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO

5.Qual é o número de trabalhadoras e trabalhadores, nesta entidade empregadora, por nível de qualificação?	5.M. Mulheres	5.H. Homens
5.1. Quadros superiores	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.2. Quadros médios	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.3. Encarregados/as, contramestres, chefes de equipa	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.4. Profissionais altamente qualificados/as	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.5. Profissionais qualificados/as	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.6. Profissionais semiqualeificados /as	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.7. Profissionais não qualificados/as	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /
5.8. Estagiários/as, praticantes e aprendizes	_ _ _ _ _ /	_ _ _ _ _ /

6. E qual é o número de trabalhadoras e trabalhadores nesta entidade empregadora, por tipo de contrato? (MOSTRAR CARTÃO)	6.M. Mulheres	6.H. Homens
Contrato de trabalho sem termo		
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho sem termo		
Contrato de trabalho em comissão de serviço sem termo		
Contrato de trabalho intermitente sem termo		
Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária		
Contrato de trabalho com termo certo		
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo		
Contrato de trabalho em comissão de serviço com termo certo		
Contrato de trabalho temporário com termo certo		
Contrato de trabalho com termo incerto		
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho com termo incerto		
Contrato de trabalho em comissão de serviço com termo incerto		
Contrato de trabalho temporário com termo incerto		
Outra situação? Qual? _____		

EXISTÊNCIA DE RISCOS PROFISSIONAIS/FATORES DE RISCO

7. Tendo em consideração a atividade desta entidade empregadora, existem fatores de risco que causam ...? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
7.1. Doenças causadas por agentes físicos (por ex.: surdez, cataratas)	1	2	8	9
7.2. Doenças causadas por agentes químicos (Por ex.: dermatites, asma, bronquite, doença pulmonar obstrutiva crónica)	1	2	8	9
7.3. Doenças causadas por agentes biológicos (Por ex.: Brucelose, tétano, tuberculose)	1	2	8	9
7.4. Problemas músculo-esqueléticos associados a posturas, esforços ou movimentos (por ex.: dores lombares, cervicais, articulares)	1	2	8	9
7.5. Problemas psicológicos /emocionais (stress, depressão, ansiedade)	1	2	8	9
7.6. Outra doença ou problema causado pelo trabalho. Qual? _____	1	2	8	9

8. Nesta entidade empregadora são realizadas atividades ou trabalhos de risco elevado, tais como...? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
8.1. Trabalho em obras de construção	1	2	8	9
8.2. Trabalhos de escavação e movimentação de terras	1	2	8	9
8.3. Trabalho em altura	1	2	8	9
8.4. Trabalhos subterrâneos	1	2	8	9
8.5. Intervenção em ferrovias e rodovias sem interrupção de tráfego	1	2	8	9
8.6. Atividades de indústrias extrativas				
8.7. Trabalho hiperbárico	1	2	8	9

8.8. Utilização ou armazenagem de produtos químicos perigosos suscetíveis de provocar acidentes graves	1	2	8	9
8.9. Trabalho em espaços confinados ou de reduzidas dimensões	1	2	8	9
8.10. Fabrico, transporte e utilização de explosivos e pirotecnia	1	2	8	9
8.11. Atividades de indústria siderúrgica e construção naval	1	2	8	9
8.12. Trabalho com recipientes sob pressão	1	2	8	9
8.14. Trabalhos que envolvam contato com correntes elétricas de média e alta tensões	1	2	8	9
8.15. Produção, transporte ou utilização de gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos	1	2	8	9
8.16. Atividades que impliquem a exposição a radiações ionizantes	1	2	8	9
8.17. Atividades que impliquem a exposição a agentes cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução	1	2	8	9
8.18. Atividades que impliquem a exposição a agentes biológicos do grupo 3 ou 4	1	2	8	9
8.19. Trabalhos que envolvam exposição a sílica	1	2	8	9

PREVENÇÃO E CONTROLO DE RISCOS PROFISSIONAIS

9. Qual é a modalidade de organização do serviço de segurança no trabalho, nesta entidade empregadora? (MOSTRAR CARTÃO)	
Serviço interno	1
Serviço comum/partilhado	2
Serviço externo	3
Atividades exercidas pelo/a empregador/a	4
Atividades exercidas por representante do/a empregador/a	5
Atividades exercidas pelo/a trabalhador/a designado/a	6
Não se encontra organizado o serviço de segurança no trabalho	7
Não sabe	88
Não responde	99

10. Qual é a modalidade de organização do serviço de saúde no trabalho, nesta entidade empregadora? (MOSTRAR CARTÃO)	
Serviço interno--» Passar para a pergunta 12	1
Serviço comum/partilhado--» Passar para a pergunta 12	2
Serviço externo	3
Serviço Nacional/Regional de Saúde --» Passar para a pergunta 12	4
Não se encontra organizado o serviço de saúde no trabalho--» Passar para a pergunta 12	5
Não sabe --» Passar para a pergunta 12	8
Não responde --» Passar para a pergunta 12	9

11. Como que avalia os serviços prestados pela(s) entidade(s) externa(s) na área da :			
11.1. Segurança no trabalho		11.2. Saúde no trabalho	
Funcionam bem	1	Funcionam bem	1
Funcionam razoavelmente	2	Funcionam razoavelmente	2
Funcionam mal	3	Funcionam mal	3
Não sabe	8	Não sabe	8
Recusa (espontânea)	9	Recusa (espontânea)	9

ATENÇÃO: CASO A ENTIDADE EMPREGADORA TENHA MAIS DO QUE 9 TRABALHADORES/AS PASSAR PARA A PERGUNTA 13

12. Quantos/as trabalhadores/as designados/as pelo/a empregador/a com funções específicas no âmbito na segurança e saúde no trabalho existem nesta entidade empregadora? Destes, quantos são homens e quantas são mulheres?		
12.1. Total de trabalhadores/as designados/as _____	12.2. N.º de Homens _____	12.3. N.º de Mulheres _____

13. Foi dada formação aos trabalhadores/as que asseguram as atividades de emergência e primeiros socorros, evacuação de trabalhadores/as e combate a incêndios? Se sim, a quantos homens e quantas mulheres?		N.º de trabalhadores/as	
		13.H. N.º de Homens	13.M. N.º de Mulheres
Sim	1--»	_____	_____
Não	2		
Não sabe	8		
Não responde	9		

14. Que recursos humanos estão afetos aos serviços de saúde e/ou segurança no trabalho nesta entidade empregadora? São homens ou mulheres?		14.H. N.º de Homens	14.M. N.º de Mulheres
Médico/a(s) do trabalho	1--»	_____	_____
Enfermeiro/a(s)	2--»	_____	_____
Técnico/a(s) superior(es) de segurança e higiene do trabalho	3--»	_____	_____
Técnico/a(s) de segurança e higiene do trabalho	4--»	_____	_____
Representante do/a empregador/a	5--»	_____	_____
Outro pessoal. Qual? _____	6--»	_____	_____
Nenhum	7		
Não sabe	8		
Não responde	9		

15. Nesta entidade empregadora existe(m) representante(s) de trabalhadores/as para a segurança e saúde no trabalho?	
Sim	1
Não --» Passar para a pergunta 17	2
Não sabe--» Passar para a pergunta 17	8
Não responde--» Passar para a pergunta 17	9

16. Quantos/as representantes para a segurança e saúde no trabalho existem nesta entidade empregadora, e destes quantos homens e quantas mulheres?		
16.1. Total de representantes _____	16.2. N.º Homens _____	16.3. N.º Mulheres _____

17. Nesta entidade empregadora existe uma comissão de segurança e saúde no trabalho?	
Sim	1
Não	2
Não sabe	8
Não responde	9

18. É assegurada formação permanente em segurança e saúde no trabalho aos/as representantes dos/as trabalhadores/as para a SST?	
Sim, a todos/as	1
Sim, a alguns/algumas	2
Não	3
Não sabe	8
Não responde	9

19. Esta entidade empregadora disponibiliza aos/as representantes dos/as trabalhadores/as para a segurança e a saúde no trabalho as instalações adequadas, bem como os meios materiais e técnicos necessários ao desempenho das suas funções?	
Sim	1
Não	2
Não sabe	8
Não responde	9

ATENÇÃO: NO CASO DE NÃO EXISTIR, NA ENTIDADE EMPREGADORA, UMA COMISSÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E OU REPRESENTANTES DOS/AS TRABALHADORES/AS PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, POR FAVOR PASSAR PARA A PERGUNTA 21

20. Nos últimos 12 meses, quantas reuniões foram realizadas entre os órgãos de gestão desta entidade empregadora e os/as representantes dos/as trabalhadores/as para a segurança e saúde no trabalho?	
Nenhuma	1
Entre 1 a 6 reuniões	2
Entre 7 a 11 reuniões	3
12 reuniões	4
Não sabe	8
Não responde	9

21. Assinale, dos seguintes aspetos, aqueles em relação aos quais esta entidade empregadora tem consultado, por escrito, os/as próprios/as trabalhadores/as ou os/as seus/suas representantes? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	21.A) Se sim, quantas vezes durante o ano de 2014?	Não	Não sabe	Não responde
21.1. Avaliação dos riscos para a segurança e a saúde no trabalho	1	_____	2	8	9
21.2. Medidas de segurança e saúde no trabalho a aplicar	1	_____	2	8	9
21.3. Programação e organização da formação no domínio da segurança e saúde no trabalho	1	_____	2	8	9
21.4. Medidas com repercussão sobre a segurança e saúde no trabalho	1	_____	2	8	9
21.5. Designação e exoneração de trabalhadores/as que desempenham funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho	1	_____	2	8	9

21.6. Designação de trabalhadores/as responsáveis pelas atividades de 1ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	1	_____	2	8	9
21.7. Modalidade dos serviços de segurança e saúde no trabalho a adotar	1	_____	2	8	9
21.8. Aquisição de equipamento de proteção individual e coletiva	1	_____	2	8	9
21.9. Riscos para a segurança e saúde, medidas de proteção e de prevenção e a sua aplicação	1	_____	2	8	9
21.10. Lista anual dos acidentes de trabalho mortais e dos que ocasionem incapacidade para o trabalho superior a três dias úteis, elaborada até ao final de março do ano subsequente.	1	_____	2	8	9
21.11. Relatórios dos acidentes de trabalho mortais e dos que ocasionem incapacidade para o trabalho superior a três dias úteis, referidos na alínea anterior.	1	_____	2	8	9
21.12. Outra medida com reflexos na promoção da segurança higiene e saúde no trabalho. Qual? _____	1	_____	2	8	9

ATIVIDADES PARA A PREVENÇÃO E CONTROLO DE RISCOS PROFISSIONAIS

22. Esta entidade empregadora tem um programa de promoção e vigilância da saúde?	
Sim	1
Não --» Passar para a pergunta 24	3
Não sabe --» Passar para a pergunta 24	8
Não responde--» Passar para a pergunta 24	9

23. Foram realizados exames de saúde de admissão, periódicos e/ou ocasionais/complementares? (LER)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
23.1. Exames de admissão	1	2	8	9
23.2. Exames periódicos (anuais ou bianuais)	1	2	8	9
23.3. Exames ocasionais/complementares (a pedido do trabalhador; no regresso de acidente de trabalho)	1	2	8	9
23.4. Outro. Qual? _____	1	2	8	9

24. Durante os dois últimos anos, indique se, nesta entidade empregadora, foram avaliados os seguintes fatores de risco? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
24.1. Agente físico: ruído	1	2	8	9
24.2. Agente físico: vibrações	1	2	8	9
24.3. Agente físico: radiações ionizantes	1	2	8	9
24.4. Agente físico: radiações não ionizantes	1	2	8	9
24.5. Agente físico: iluminação	1	2	8	9
24.6. Agente físico: ambiente térmico	1	2	8	9
24.7. Agente físico: pressões elevadas	1	2	3	9
24.8. Agente físico: correntes elétricas de média ou alta tensão	1	2	8	9
24.9. Outros agentes físicos	1	2	8	9
24.10. Agentes químicos, (misturas ou substâncias químicas perigosas)	1	2	8	9
24.11. Agentes químicos (atmosfera explosivas)	1	2	8	9
24.12. Agentes biológicos (bactérias, protozoários, vírus, fungos e parasitas grupo 3 ou 4)	1	2	8	9
24.13. Riscos mecânicos (por ex.: utilização de máquinas e equipamentos perigosos, quedas em altura, soterramentos)				
24.14. Fatores relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético (trabalho monótono/repetitivo; movimentação manual de cargas; trabalho com equipamentos dotados de visor; posições incorretas; esforços e/ou movimentos extremados; disposição incorreta dos componentes do posto de trabalho; desadequação do mobiliário de trabalho.)	1	2	8	9
24.15. Fatores de risco psicossociais e organizacionais (ritmos intensos de trabalho; trabalho monótono/repetitivo; ausência de capacidade/possibilidade de decisão ou controlo sobre o trabalho; exigências anormais de produtividade; trabalho por turnos/noturno/suplementar; exposição a potenciais ameaças e agressões verbais e/ou físicas; assédio; discriminação; atentados contra a propriedade privada (ex. cacifos))	1	2	8	9

24.16. Outros fatores de risco: (trabalho em instalações com elevada carga térmica; trabalhos de escavação; em altura; subterrâneos; hiperbáricos; pavimentos perigoso; em espaços confinados ou de reduzidas dimensões; atmosferas explosivas; queda de materiais/objetos; utilização de equipamentos de trabalho; exposição a poeiras, aerossóis, fumos, gases e vapores; trabalho com recipientes sob pressão; trabalhos em instalações elétricas).	1	2	8	9
---	---	---	---	---

ATENÇÃO: SE NÃO FOI AVALIADO NENHUM DOS ASPETOS REFERENCIADOS, POR FAVOR PASSAR PARA A PERGUNTA 26

25. Na sequência da avaliação de riscos, por favor indique se foram tomadas medidas? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não mas estão em análise	Não	Não sabe	Não responde
25.1. Agente físico: ruído	1	2	3	8	9
25.2. Agente físico: vibrações	1	2	3	8	9
25.3. Agente físico: radiações ionizantes	1	2	3	8	9
25.4. Agente físico: radiações não ionizantes	1	2	3	8	9
25.5. Agente físico: iluminação	1	2	3	8	9
25.6. Agente físico: ambiente térmico	1	2	3	8	9
25.7.. Agente físico: pressões elevadas	1	2	3	8	9
25.8. Agente físico: correntes elétricas de média e alta tensão	1	2	3	8	9
25.9. Outros agentes físicos	1	2	3	8	9
25.10. Agentes químicos (misturas ou substâncias químicas perigosas)	1	2	3	8	9
25.11. Agentes químicos (atmosferas explosivas)	1	2	3	8	9
25.12. Agentes biológicos (bactérias, protozoários, vírus, fungos e parasitas, grupo 3 ou 4)	1	2	3	8	9
25.13. Riscos mecânicos (Por ex.: utilização de máquinas e equipamentos perigosos, quedas em altura, soterramentos)	1	2	3	8	9
25.14. Fatores relacionados com atividades capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético (trabalho monótono/repetitivo; movimentação manual de cargas; trabalho com equipamentos dotados de visor; posições incorretas; esforços e/ou movimentos extremados; disposição incorreta dos componentes do posto de trabalho; desadequação do mobiliário de trabalho.)	1	2	3	8	9
25.15. Fatores de Risco psicossociais e organizacionais (ritmos intensos de trabalho; trabalho monótono/repetitivo; ausência de capacidade/possibilidade de decisão ou controlo sobre o trabalho; exigências anormais de produtividade; trabalho por turnos/noturno/suplementar; exposição a potenciais ameaças e agressões verbais e/ou físicas; assédio; discriminação; atentados contra a propriedade privada (ex. cacifos)	1	2	3	8	9
25.16. Outros fatores de risco (trabalho em instalações com elevada carga térmica; trabalhos de escavação; em altura; subterrâneos; hiperbáricos; pavimentos perigoso; em espaços confinados ou de reduzidas dimensões; atmosferas explosivas; queda de materiais/objetos; utilização de equipamentos de trabalho; exposição a poeiras, aerossóis, fumos, gases e vapores; trabalho com recipientes sob pressão; trabalhos em instalações elétricas)?	1	2	3	8	9

26. Nesta entidade empregadora existem equipamentos de proteção coletiva?	
Não	1
Sim, todos --» Passar para pergunta 28	2
Sim, alguns Passar para pergunta 28	3
Não são de uso obrigatório Passar para pergunta 28	4
Não sabe --» Passar para pergunta 28	8
Recusa (espontânea) --» Passar para pergunta 28	9

27. Qual a principal razão para não existirem equipamentos de proteção coletiva apesar de serem obrigatórios (Ex, encapsulamento de máquinas, ventilação localizada)?	
São muito caros	1
Por desleixo da entidade empregadora	2
Não é uma prioridade	3
Outra. Qual? _____	4
Não sabe	8
Recusa (espontânea)	9

28. Durante os dois últimos anos, a entidade empregadora promoveu formação no domínio da segurança e saúde no trabalho sobre...? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não se aplica	Não sabe	Não responde
28.1 Utilização de produtos químicos	1	2	3	8	9
28.2. Riscos físicos (ruído, vibrações, radiações)	1	2	3	8	9
28.3. Riscos biológicos (fungos, bactérias)	1	2	3	8	9
28.4. Riscos psicossociais e organizacionais (stress)	1	2	3	8	9
28.5. Utilização e manutenção de máquinas e equipamentos de trabalho	1	2	3	8	9
28.6. Trabalhos com riscos especiais (exemplos: trabalhos em altura, em espaços confinados, etc.)	1	2	3	8	9
28.7. Ergonomia no trabalho (mobiliário, espaço, superfícies, écrans de visualização, movimentação manual de cargas, etc.)	1	2	3	8	9
28.8. Equipamentos de proteção coletiva	1	2	3	8	9
28.9. Equipamentos de proteção individual	1	2	3	8	9
28.10. Promoção da segurança	1	2	3	8	9
28.11. Primeiros socorros	1	2	3	8	9
28.12. Organização de emergência	1	2	3	8	9
28.13. Segurança contra incêndio	1	2	3	8	9
28.14. Legislação sobre segurança e saúde no trabalho	1	2	3	8	9
28.15. Sinalização de segurança	1	2	3	8	9
28.16. Promoção da segurança	1	2	3	8	9
28.17. Promoção da saúde	1	2	3	8	9
28.18.Outra. Qual? _____	1	2	3	8	9

ATENÇÃO: SE NÃO RESPONDEU SIM A PELO MENOS UM DOS PONTOS REFERIDOS NA QUESTÃO 28, POR FAVOR PASSAR PARA A PERGUNTA 30

29. A quem se dirigiu a formação realizada?	Sim	Não	Não sabe	Não responde
29.1. Pessoal dirigente	1	2	8	9
29.2. Quadros técnicos	1	2	8	9
29.3. Chefes de equipa, encarregados/as, etc.	1	2	8	9
29.4. Pessoal administrativo	1	2	8	9
29.5. Trabalhadores/as da produção	1	2	8	9
29.6. Estagiários/as e aprendizes	1	2	8	9
29.7. Trabalhadores/as responsáveis pelas atividades de segurança e saúde no trabalho	1	2	8	9

30. Esta entidade empregadora disponibiliza informação atualizada aos/às trabalhadores/as e seus/suas representantes para a segurança e saúde no trabalho sobre...? (MOSTRAR CARTÃO)	30.T. Trabalhadores/as				30.R. Representantes			
	Sim	Não	Não sabe	Não responde	Sim	Não	Não sabe	Não responde
30.1. Os riscos para a segurança e saúde, medidas de proteção e de prevenção e a forma como se aplicam-	1	2	8	9	1	2	8	9
30.2. As medidas e instruções a adotar em caso de perigo grave e iminente	1	2	8	9	1	2	8	9
30.3. As medidas de emergência e primeiros socorros, de evacuação de trabalhadores/as e de combate a incêndios, bem como os/as trabalhadores/as ou serviços encarregues de as pôr em prática	1	2	8	9	1	2	8	9
30.4. Substâncias e misturas químicas perigosas, os equipamentos de trabalho e materiais ou matérias – primas presentes nos locais de trabalho que possam representar perigo de agressão ao património genético	1	2	8	9	1	2	8	9
30.5. Agentes físicos	1	2	8	9	1	2	8	9
30.6. Agentes biológicos	1	2	8	9	1	2	8	9
30.7. Resultados da avaliação dos riscos	1	2	8	9	1	2	8	9
30.8. Identificação dos/as trabalhadores/as expostos/as	1	2	8	9	1	2	8	9
30.9. A avaliação de riscos respeitantes aos grupos de trabalhadores/as sujeitos/as a riscos especiais	1	2	8	9	1	2	8	9
30.10. As medidas de segurança e saúde antes de serem postas em prática	1	2	8	9	1	2	8	9
30.11. EPI's que sejam necessários utilizar	1	2	8	9	1	2	8	9
30.12. A lista anual dos acidentes de trabalhos mortais e dos que ocasionem	1	2	8	9	1	2	8	9

incapacidade para o trabalho superior a 3 dias úteis								
30.13. As informações técnicas provenientes de serviços de inspeção e outros organismos competentes no domínio da SST	1	2	8	9	1	2	8	9
30.14. Lista de incidentes	1	2	8	9	1	2	8	9
30.15. Outra. Qual? _____	1	2	8	9	1	2	8	9

ATENÇÃO: SE NÃO RESPONDEU SIM A PELO MENOS UM DOS PONTOS REFERIDOS NA QUESTÃO 30, POR FAVOR PASSAR PARA A PERGUNTA 32

31. Em que situações essa informação tem sido? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
31.1. Admissão dos/as trabalhadores/as na empresa	1	2	8	9
31.2. Atividades que envolvem trabalhadores externos à empresa	1	2	8	9
31.3. Mudança de posto de trabalho ou de funções	1	2	8	9
31.4. Introdução ou substituição de equipamentos de trabalho	1	2	8	9
31.5. Adoção de uma nova tecnologia	1	2	8	9
31.6. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S)/ Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's)	1	2	8	9
31.7. Outras situações contempladas. Quais? _____	1	2	8	9

32. Que outras atividades relacionadas com a prevenção de riscos e acidentes de trabalho foram desenvolvidas ou estão em desenvolvimento, nesta entidade empregadora? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim, foi desenvolvida	Sim, está em desenvolvimento	Não, nunca foi desenvolvida	Não sabe	Não responde
32.1. Elaboração de um plano de prevenção de riscos profissionais	1	2	3	8	9
32.2. Elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros	1	2	3	8	9
32.3. Disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção individual	1	2	3	8	9
32.4. Disponibilização e manutenção de equipamentos de proteção coletiva	1	2	3	8	9
32.5. Instalação e manutenção de sinalização de segurança	1	2	3	8	9
32.6. Programa/Atividades de promoção da saúde (exercício físico; cessação tabágica)	1	2	3	8	9
32.7. Definição e coordenação das medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente	1	2	3	8	9
32.8. Vigilância das condições de trabalho de trabalhadores/as em situações mais vulneráveis	1	2	3	8	9
32.9. Elaboração de um programa de informação e formação para a promoção da segurança e saúde no	1	2	3	8	9

trabalho					
32.10. Atividades de informação e consulta dos/as representantes dos/as trabalhadores/as para a segurança e saúde no trabalho ou de trabalhadores/as no geral	1	2	3	8	9
32.11. Recolha e organização de elementos estatísticos relativos à segurança e à saúde no trabalho	1	2	3	8	9
32.12. Compromisso ao mais alto nível hierárquico para a integração das medidas de prevenção e promoção da segurança e saúde no trabalho nas políticas de gestão e tomada de decisão	1	2	3	8	9
32.13. Outra. Qual? _____	1	2	3	8	9

ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS

33. Durante os dois últimos anos, quantos acidentes de trabalho (incluindo os acidentes “in itinere”) ocorreram e quantos casos de doença profissional foram registados nesta entidade empregadora? Destes, quantos afetaram mulheres e quantos afetaram homens?			
	Total	Mulheres	Homens
33.1. N.º total de acidentes			
33.2. N.º de acidentes com baixa	_____	_____	_____
33.3. N.º de acidentes com baixa e internamento	_____	_____	_____
33.4. N.º acidentes mortais	_____	_____	_____
33.5. N.º doenças profissionais participadas	_____	_____	_____
33.6. N.º doenças profissionais reconhecidas pelo DPRP	_____	_____	_____
Não sabe	888	888	888
Não responde	999	999	999

ATENÇÃO: SE NÃO OCORRERAM ACIDENTES DE TRABALHO E REGISTO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS, POR FAVOR PASSAR PARA A PERGUNTA 36

34. Esses acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais foram investigados?	Sim	Não	Não se aplica	Não sabe	Não responde
34.1. Sim, acidentes de trabalho	1	2	3	8	9
34.2. Sim, doenças profissionais	1	2	3	8	9

35. Se sim, que pessoas/entidades investigaram esses acidentes e/ou doenças profissionais?								
	35.a. Acidentes de trabalho				35.b. Doenças profissionais			
	Sim	Não	Não sabe	Não responde	Sim	Não	Não sabe	Não responde
35.1. Pessoal da entidade empregadora (trabalhador/a designado/a, Serviço interno, Serviço comum)	1	2	8	9	1	2	8	9
35.2. Serviço externo	1	2	8	9	1	2	8	9
35.3. Autoridade para as Condições de Trabalho	1	2	8	9	1	2	8	9
35.4. Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais (DPRP)	1	2	8	9	1	2	8	9
35.5. PSP ou GNR	1	2	8	9	1	2	8	9
35.6. Outra. Qual? _____	1	2	8	9	1	2	8	9

36. Indique quais foram as principais causas dos acidentes de trabalho ocorridos nesta entidade empregadora? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
36.1. Aberturas desprotegidas, escadas, pisos e plataformas em mau estado	1	2	8	9
36.2. Falta de espaço, limpeza e desordem	1	2	8	9
36.3. Manutenção inadequada e deficiente	1	2	8	9
36.4. Sinalização de segurança inexistente ou deficiente	1	2	8	9
36.5. Falta ou insuficiente proteção de máquinas ou equipamentos, ou os existentes são insuficientes	1	2	8	9
36.6. Falta de equipamento de proteção individual	1	2	8	9
36.7. Inadequação de equipamento de proteção individual	1	2	8	9
36.8. Equipamentos e ferramentas em mau estado	1	2	8	9
36.9. Manipulação inadequada de produtos, substâncias químicas ou materiais perigosos	1	2	8	9
36.10. Valas, desníveis, etc. no terreno que podem provocar o despiste de veículos de trabalho e/ou a queda de pessoas	1	2	8	9
36.11. Utilização de ferramentas, máquinas, equipamentos ou materiais inadequados para a tarefa	1	2	8	9
36.12. Falta de qualificação ou experiência para a tarefa	1	2	8	9
36.13. Instruções de trabalho inexistentes ou inadequadas	1	2	8	9
36.14. Falta de informação e formação suficiente sobre os riscos e as medidas preventivas	1	2	8	9
36.15. Rapidez na realização do trabalho	1	2	8	9
36.16. Distrações, descuidos, falta de atenção	1	2	8	9
36.17. Posturas incorretas ou realização de esforços e/ou movimentos extremados durante a tarefa	1	2	8	9
36.18. Cansaço e fadiga	1	2	8	9
36.19. Realização de tarefas inabituais ou extraordinárias, resolução de avarias, incidentes	1	2	8	9

36.20. Excesso de horas contínuas de trabalho	1	2	8	9
36.21. Consumos de álcool	1	2	8	9
36.22. Consumos de substâncias psicoativas	1	2	8	9
36.23. Incumprimento das instruções de trabalho	1	2	8	9
36.24. Causas relacionadas com o tráfego	1	2	8	9
36.25. Outra. Qual? _____	1	2	8	9

SAÚDE NO TRABALHO

37. Nesta entidade empregadora foram identificados riscos para a SST relacionados com o consumo de...? (LER)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
37.1. Tabaco	1	2	8	9
37.2. Bebidas alcoólicas	1	2	8	9
37.3. Produtos farmacêuticos do tipo sedativos, tranquilizantes ou hipnóticos	1	2	8	9
37.4. Outras substâncias psicoativas. Quais? _____	1	2	8	9

38. A entidade empregadora desenvolveu algumas das seguintes atividades de promoção da saúde no trabalho? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não sabe	Não responde
38.1. Ações de sensibilização e informação para fumadores/as	1	3	8	9
38.2. Promover e facilitar o acesso a consultas de apoio à cessação tabágica	1	3	8	9
38.3. Criação de espaços para fumadores/as	1	3	8	9
38.4. Prevenção e/ou tratamento do alcoolismo	1	3	8	9
38.5. Prevenção e/ou tratamento de toxicodependências	1	3	8	9
38.6. Promoção do exercício físico	1	3	8	9
38.7. Criação de condições para a prática do exercício físico				
38.8. Promoção de uma alimentação saudável	1	3	8	9
38.6. Atividades dirigidas aos trabalhadores jovens	1	3	8	9
38.7. Atividades dirigidas a mulheres	1	3	8	9
38.11. Atividades dirigidas a mulheres grávidas, puérperas ou lactantes	1	3	8	9
38.12. Atividades dirigidas a trabalhadores/as com mais de 50 anos	1	3	8	9
38.13. Atividades dirigidas a trabalhadores migrantes	1	3	8	9
38.14. Preparação da aposentação	1	3	8	9
38.15. Prevenção e controlo de riscos psicossociais	1	3	8	9
38.16. Outra. Qual? _____	1	3	8	9

OUTRAS PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E DA ARTICULAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL

39. Para além do que está previsto na legislação ou na contratação coletiva, esta entidade empregadora possibilita: (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não	Não se aplica à esta entidade	Não sabe
39.1. Horário de trabalho flexível, a pedido do/a trabalhador/a	1	2	3	8
39.2. O ajustamento pontual dos horários de trabalho para acorrer a necessidades familiares em situação de força maior	1	2	3	8
39.3. Regimes de turnos rotativos acordados com os/as trabalhadores/as	1	2	3	8
39.4. Trabalho a tempo parcial, a pedido do/a trabalhador/a	1	2	3	8
39.5. Semana laboral comprimida, a pedido do/a trabalhador/a - possibilidade de organizar o tempo de trabalho de modo a reduzir o número de dias de trabalho por semana	1	2	3	8
39.6. Trabalhar à distância, a pedido do/a trabalhador/a - possibilidade de trabalhar fora do local de trabalho habitual através do recurso às tecnologias adequadas (portátil, telemóvel, placa 3G, videoconferência, escritório móvel)	1	2	3	8
39.7. Apagão - apagar as luzes a determinada hora para impedir o prolongamento excessivo do horário de trabalho	1	2	3	8
39.8. Implementação de hora limite para agendamento de reuniões	1	2	3	8
39.9. Acordos com equipamentos e serviços de apoio para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as ou para familiares idosos/as ou com deficiência e/ou disponibilização de infraestruturas para o efeito	1	2	3	8
39.10. Benefícios adicionais extensíveis à família do/a trabalhador/a (ex: plano de saúde familiar, seguros, apoio domiciliário, orientação sobre prevenção de doenças, subsídio de creche)	1	2	3	8
39.11. Serviço/meio de divulgação dos recursos existentes na área geográfica da empresa e da residência do/a trabalhador/a (instituições para pessoas idosas, creches/serviço de amas, etc.) que facilitem a conciliação	1	2	3	8
39.12. Medidas de apoio aos/as trabalhadores/as de famílias monoparentais	1	2	3	8
39.13. Realização de atividades e iniciativas que facilitem a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (programas de férias, atividades desportivas)	1	2	3	8

40. Existem trabalhadores/as nesta entidade empregadora a usufruir de horários de trabalho especiais para facilitar a articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal?		N.º de trabalhadores/as	
		40.H. N.º de Homens	40.M. N.º de Mulheres
Sim	1--»	_____	_____
Não	2		
Não sabe	8		
Não responde	9		

AVALIAÇÃO GERAL

**41. Numa escala de 1 a 4, como avalia a legislação atual em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho nos seguintes aspetos?
(MOSTRAR CARTÃO)**

1	2	3	4
41.1. De fácil aplicação			De difícil aplicação
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.2. Adequada			Desadequada
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.3. Simples			Complexa
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.4. Economicamente rentável			Economicamente pouco rentável
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.5. Orientada para todos os setores económicos			Orientada para o setor industrial
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.6. Orientada para todos os tipos de entidades			Orientada para as entidades de grande dimensão
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

42. Quais são as três principais razões que motivam esta entidade empregadora a desenvolver medidas de promoção da melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho? (Identifique as três principais razões por ordem de importância, colocando uma cruz na coluna respetiva) (MOSTRAR CARTÃO)	42.1	42.2	42.3
	1º	2º	3º
Cumprir a legislação vigente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Evitar consequências legais (multas e outras sanções)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Responder a recomendações/ reivindicações dos/as trabalhadores/as e dos sindicatos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cuidar da imagem da entidade empregadora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar as condições de trabalho e garantir a segurança e saúde dos/as trabalhadores/as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir custos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover um ambiente de trabalho seguro e saudável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a competitividade da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Por obrigação da certificação (que tem ou pretende ter).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Agradecemos a sua colaboração!

Trabalhem em segurança!

Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental – Entidades Empregadoras -

CADERNO DE INSTRUÇÕES

I. Apresentação geral

O “Inquérito às Condições de Trabalho em Portugal Continental – Entidades Empregadoras” é um inquérito de âmbito nacional, promovido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, na sequência de um protocolo estabelecido com a Autoridade para as Condições de Trabalho - ACT. Tal como o próprio título indica, o objetivo geral do questionário é recolher informação de modo a melhor se conhecer as condições de trabalho em todo o território de Portugal continental.

O inquérito está dividido em nove capítulos distintos:

1. Caracterização da pessoa entidade empregadora;
2. Caracterização do pessoal ao serviço;
3. Existência de riscos profissionais / fatores de risco
4. Prevenção e controlo de riscos profissionais;
5. Atividades para a prevenção e controlo de riscos profissionais;
6. Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
7. Saúde no trabalho;
8. Outras práticas de promoção da melhoria das condições de trabalho, no domínio da organização da jornada de trabalho e da articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
9. Avaliação geral.

II. Tipo de questões

O inquérito é constituído por **questões abertas e fechadas**.

- As **questões abertas** foram elaboradas para que as pessoas entrevistadas possam responder de forma espontânea. Caberá ao/à entrevistador/a recolher a informação enquadrando-a na opção de resposta prevista, sinalizado com X. No caso da resposta não se enquadrar em nenhuma das possibilidades de resposta, sinalizar a opção “Outra” e registar a informação.
- Nas **questões fechadas** as respostas estão, à partida, condicionadas pelos itens previstos. Nessas, o/a entrevistador/a deve **ler** as opções de resposta ou **mostrar cartão**, sinalizando com X a(s) opção(ões) escolhida(s) pela pessoa respondente. Estas questões estão devidamente assinaladas com as expressões “LER” ou “MOSTRAR CARTÃO”.

EXEMPLOS DE UMA QUESTÃO ABERTA

O/a entrevistador/a deve fazer a pergunta e aguardar que a pessoa responda de forma espontânea, codificando de seguida.

Exemplo 1:

20. Nos últimos 12 meses, quantas reuniões foram realizadas entre os órgãos de gestão desta entidade empregadora e os/as representantes dos/as trabalhadores/as para a segurança e saúde no trabalho?	
Nenhuma	1
Entre 1 a 6 reuniões	2
Entre 7 a 11 reuniões	3
12 reuniões	4
Não sabe	8
Não responde	9

Exemplo 2:

27. Qual a principal razão para não existirem equipamentos de proteção coletiva apesar de serem obrigatórios (Ex, encapsulamento de máquinas, ventilação localizada)?	
São muito caros	1
Por desleixo da entidade empregadora	2
Não é uma prioridade	3
Outra. Qual?	4
Não sabe	8
Recusa (espontânea)	9

EXEMPLOS DE QUESTÕES FECHADAS

Neste tipo de questões o/a entrevistador/a deve fazer a pergunta e ler, ou mostrar as opções de resposta, tal como a própria formulação expressa.

Exemplo 1:

11. Como que avalia os serviços prestados pela(s) entidade(s) externa(s) na área da : (LER)			
11.1. Segurança no trabalho		11.2. Saúde no trabalho	
Funcionam bem	1	Funcionam bem	1
Funcionam razoavelmente	2	Funcionam razoavelmente	2
Funcionam mal	3	Funcionam mal	3
Não sabe	8	Não sabe	8
Recusa (espontânea)	9	Recusa (espontânea)	9

Exemplo 2:

24. Durante os dois últimos anos, indique se, nesta entidade empregadora, foram avaliados os seguintes fatores de risco? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não
24.1. Agente físico: ruído	1	2
24.2. Agente físico: vibrações	1	2
(...)		

QUESTÕES DE RESPOSTA ÚNICA E QUESTÕES DE RESPOSTA MÚLTIPLA

As questões de **resposta única** são aquelas que sendo, normalmente, questões abertas, conduzem a apenas uma única resposta por parte da pessoa respondente.

Exemplo1:

17. Nesta entidade empregadora existe uma comissão de segurança e saúde no trabalho?	
Sim	1
Não	2
Não sabe	8
Não responde	9

Exemplo2:

10. Qual é a modalidade de organização do serviço de saúde no trabalho, nesta entidade empregadora? (MOSTRAR CARTÃO)	
Serviço interno--» Passar para a pergunta 12	1
Serviço comum/partilhado--» Passar para a pergunta 12	2
Serviço externo	3
Serviço Nacional/Regional de Saúde --» Passar para a pergunta 12	4
Não se encontra organizado o serviço de saúde no trabalho--» Passar para a pergunta 12	5
Não sabe --» Passar para a pergunta 12	8
Não responde --» Passar para a pergunta 12	9

As questões de **escolha múltipla** são aquelas em que a pessoa respondente pode dar mais do que uma resposta.

Na maior parte dos casos as perguntas decompõe-se em sub-questões, levando a que o /a entrevistador/a

- i) leia, ou mostre cartão, sinalizando “sim ou não” para todas as possibilidades de resposta (ou sub-questões), como o exemplo que segue:

8. Nesta entidade empregadora são realizadas atividades ou trabalhos de risco elevado, tais como...? (MOSTRAR CARTÃO)	Sim	Não
8.1. Trabalho em obras de construção	1	2
8.2. Trabalhos de escavação e movimentação de terras	1	2
8.3. Trabalho em altura	1	2
(...)		

- ii) leia, ou mostre cartão, utilizando uma escala que deve ser aplicada a cada sub-questão, como se pode verificar no exemplo seguinte:

41. Numa escala de 1 a 4, como avalia a legislação atual em matéria de promoção da segurança e saúde no trabalho nos seguintes aspetos?
(MOSTRAR CARTÃO)

1	2	3	4
41.1. De fácil aplicação			De difícil aplicação
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.2. Adequada			Desadequada
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1	2	3	4
41.3. Simples			Complexa
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.4. Economicamente rentável			Economicamente pouco rentável
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.5. Orientada para todos os setores económicos			Orientada para o setor industrial
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4
41.6. Orientada para todos os tipos de entidades			Orientada para as entidades de grande dimensão
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Não resposta / Não sabe

Deve codificar-se **não resposta/não sabe** sempre que a pessoa respondente afirmar, de forma espontânea, que não quer responder ou não sabe a resposta. Esta opção não deve ser apresentada pelo/a entrevistador/a.

Sempre que a pessoa respondente der uma resposta vaga ou mostrar tendência para dizer não sabe, o/a entrevistador/a deverá procurar obter uma resposta o mais completa possível, mas nunca induzindo a mesma.